

<https://doi.org/10.20396/rbest.v4i00.14793>

## ARTIGO

# Mercado de trabalho agrícola no Brasil: Evolução e características dos ocupados nas áreas rurais (1991-2010)

*Camila Strobl Sakamoto\**

*Alexandre Gori Maia\*\**

### Resumo

Em paralelo às mudanças institucionais do meio rural brasileiro, o setor agropecuário brasileiro passou por profundas transformações produtivas nas últimas décadas. Este artigo avalia a evolução da população de áreas rurais ocupada no setor agrícola com base nos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Os resultados destacam que houve queda do número de ocupados agrícolas nos anos 1990 e aumento nos anos 2000. A geração do emprego agrícola nos anos 2000 abrangeu boa parte das áreas rurais. Aumentou também a inserção das mulheres no mercado de trabalho agrícola rural, atendendo em grande medida a demanda por mão de obra no setor. Por outro lado, diminuiu significativamente o número de empregadores agrícolas, fenômeno que pode estar associado à maior vulnerabilidade dos pequenos produtores e aumento da concentração no setor. Por fim, é importante destacar que a compreensão da evolução da população agrícola rural deve considerar a dinâmica demográfica local e suas perspectivas.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho; Força de trabalho; Mercado de trabalho agrícola; Trabalhador rural.

**JEL:** J20, J21, J23, J43.

\* Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia da UNICAMP, Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8599-294X>

E-mail: [camilasaka@uol.com.br](mailto:camilasaka@uol.com.br)

\*\* Instituto de Economia da UNICAMP, Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0075-5094>

E-mail: [gori@unicamp.br](mailto:gori@unicamp.br)



## **Agricultural labor market in Brazil:** Evolution and characteristics of workers in rural areas (1991-2010)

### **Abstract**

In parallel with institutional changes in rural Brazil, agriculture has undergone significant changes in recent decades. This paper aims to analyze the evolution of agricultural workers in rural areas in Brazil between 1991 and 2010. Based on data from the Demographic Census, the results highlight that the number of agricultural workers decreased in the first decade analyzed, followed by a recovery in the second period. In the 2000s the increase in agricultural employees was widespread among rural areas and women's insertion in the agricultural labor market filled a large part of the demand for labor in the sector. On the other hand, the number of agricultural employers dropped sharply, which may reveal the difficulties faced by small farmers. Finally, it is important to highlight that the understanding of the variability of agricultural workers in rural areas must consider local demographic contexts and their perspectives.

**Keywords:** Labor Market; Labor Force; Agricultural Labor Market; Rural worker.

## **Mercado de trabajo agrícola en Brasil:** Evolución y características de los ocupados en el medio rural (1991-2010)

### **Resumen**

Paralelamente a los cambios institucionales en el medio rural brasileño, el sector agrícola brasileño ha experimentado profundas transformaciones productivas en las últimas décadas. Este artículo evalúa la evolución de la población de las zonas rurales que trabaja en el sector agrícola a partir de los datos de los Censos Demográficos de 1991, 2000 y 2010. Los resultados ponen de manifiesto que hubo un descenso del número de ocupantes agrícolas en la década de 1990 y un aumento en la década de 2000. La generación de empleo agrícola en la década de 2000 abarcó una gran parte de las zonas rurales. También aumentó la inserción de las mujeres en el mercado laboral agrícola rural, satisfaciendo en gran medida la demanda de mano de obra del sector. Por otra parte, el número de empresarios agrícolas disminuyó significativamente, un fenómeno que puede estar asociado a la mayor vulnerabilidad de los pequeños productores y a la mayor concentración del sector. Por último, es importante destacar que la comprensión de la evolución de la población agrícola rural debe tener en cuenta la dinámica demográfica local y sus perspectivas.

**Palabras clave:** Mercado de trabajo; Fuerza de trabajo; Mercado de trabajo agrícola; Trabajador rural.

## **Marché du travail agricole au Brésil:** Évolution et caractéristiques des salariés dans les zones rurales (1991-2010)

### **Résumé**

Parallèlement aux changements institutionnels dans les zones rurales brésiliennes, le secteur agricole brésilien a subi de profondes transformations productives au cours des dernières décennies. Cet article évalue l'évolution de la population des zones rurales travaillant dans le secteur agricole à partir des données des recensements démographiques de 1991, 2000 et 2010. Les résultats mettent en évidence une baisse du nombre d'occupants agricoles dans les années 1990 et une augmentation dans les années 2000. La création d'emplois agricoles dans les années 2000 a couvert une grande partie des zones rurales. L'insertion des femmes sur le marché du travail agricole rural a également augmenté, répondant largement à la demande de main-d'œuvre dans ce secteur. À son tour, le nombre d'employeurs agricoles a sensiblement diminué, un phénomène qui peut être associé à une plus grande vulnérabilité des petits producteurs et à une concentration accrue dans le secteur. Enfin, il est important de souligner que la compréhension de l'évolution de la population agricole rurale doit tenir compte de la dynamique démographique locale et de ses perspectives.

**Mots clés:** Marché du travail; Force de travail; Marché du travail agricole; Travailleur rural.

## Introdução

Muitos estudos dedicaram suas análises à evolução dos trabalhadores agropecuários ao longo das últimas décadas. Na visão de muitos, o trabalho no setor agropecuário deve ser considerado um dos motores na promoção de melhores condições de vida e um caminho para saída da situação de pobreza da população rural (Schejtman & Berdegué, 2004; Kageyama, 2008; Miranda & Tiburcio, 2012). O poder dinamizador da agropecuária não pode ser subestimado e o setor está no cerne das transformações do mercado de trabalho rural brasileiro. Isso porque as ocupações agrícolas ainda detêm parcela relevante dos trabalhadores do meio rural (Neder, 2014; Maia & Sakamoto, 2014).

Diante dessas considerações, a investigação deste estudo se delimita ao universo do *mercado de trabalho agrícola rural*. As análises se direcionam especialmente aos trabalhadores ocupados em posição remunerada (empregados, conta própria e empregadores). No entanto, a abordagem deste trabalho não se direciona a observação da renda do trabalho – diferente da maioria dos estudos que abordam essa temática. As análises investigam, sobretudo, a evolução do contingente desses trabalhadores e suas características gerais. Além disso, este estudo também apresenta outro diferencial: a delimitação de rural utilizada representa uma alternativa da definição oficial e se baseia em um conceito abrangente de rural (como será discutido).

É essencial esclarecer que, conforme definido por Kageyama (2008), *trabalhador rural* é qualquer pessoa ocupada com residência rural, independente do tipo de atividade exercida. Já o *trabalhador agrícola* é aquele que se ocupa em atividades do setor da agricultura e pecuária, independente do local de residência. Neste sentido, este trabalho se dedica aos ocupados agrícolas especificamente com residência rural. Deste modo, são abordadas questões que envolvem tanto o *mercado de trabalho rural* como o *mercado de trabalho agrícola*.

Antes de prosseguir, é importante destacar dois pontos que este estudo se preocupou em tratar com o objetivo de qualificar as análises exploratórias. Em primeiro lugar, é extremamente relevante considerar que nas últimas décadas ocorreram transformações profundas que alteraram grande parte da produção agrícola. Como consequência dessas e outras transformações, foram observadas mudanças positivas para os trabalhadores agrícolas. Destaque principal tem sido atribuído ao papel das mudanças produtivas do setor, associadas aos avanços tecnológicos, e às melhorias nas condições de trabalho, ligadas ao aumento da formalização e do aporte legal de políticas (Balsadi, 2008; Krein & Stravinski, 2010; Neder, 2014; Maia & Sakamoto, 2014). Por outro lado, muitos desafios relacionados com a produção e às condições de trabalho ainda persistem sobre essas ocupações (Balsadi & Del Grossi,

2016). Neste sentido, torna-se essencial avaliar os desdobramentos das transformações produtivas e institucionais que interferiram na evolução do mercado de trabalho agrícola rural brasileiro nas últimas décadas.

Em segundo lugar, é importante considerar os diferenciais que estão associados à evolução desse mercado de trabalho. Diversos estudos já mostraram a elevada heterogeneidade na estrutura ocupacional do mercado de trabalho agrícola brasileiro que, historicamente, esteve fortemente associada aos desdobramentos da expansão produtiva agrícola pelo país (Kageyama, 2008; Balsadi, 2008; Buainain & Dedecca, 2010). Logo, este estudo busca expor os diferenciais na composição ocupacional dos trabalhadores agrícolas ao longo do espaço rural brasileiro (com base em análises descritivas espaciais), considerando que a complexidade é melhor retratada pelos diferenciais regionais e espaciais.

Em suma, o objetivo central do artigo é realizar uma análise exploratória do mercado de trabalho agrícola rural brasileiro, buscando especificamente investigar a evolução da população rural que se dedica às atividades do setor agropecuário entre os anos 1990 e 2010. O artigo também analisa as características ocupacionais desses trabalhadores, como a distribuição por gênero, posição na ocupação, formalidade e escolaridade. A hipótese norteadora dessas análises é que as mudanças produtivas do setor agropecuário aumentaram a heterogeneidade do trabalho agrícola rural: enquanto uma parcela dos ocupados teria se beneficiado com o desenvolvimento das atividades agrícolas, uma parcela expressiva estaria ainda associada à agricultura de baixa produtividade e ao trabalho não remunerado.

O estudo foi dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta uma contextualização das mudanças que interferiram no mercado de trabalho agrícola e o mercado de trabalho rural, com base em uma revisão bibliográfica. A segunda seção explica a metodologia adotada nas análises descritivas, destacando principalmente a definição das áreas rurais. A terceira seção analisa, de maneira exploratória, as características da população rural ocupada agrícola. Por fim, a última seção traz as conclusões do estudo.

## **1. Transformação do mercado de trabalho agrícola rural brasileiro nas últimas décadas**

Para qualificar as análises exploratórias, em primeiro lugar, este estudo apresenta uma revisão das mudanças de caráter produtivo do setor agropecuário e os desdobramentos sobre o uso do fator trabalho. Posteriormente, torna-se essencial investigar as mudanças específicas que ocorreram no meio rural brasileiro que interferiram no mercado de trabalho dessas áreas. Lembrando que as mudanças no rural estão diretamente associadas às mudanças do setor agrícola, uma vez que o setor agrícola cumpre um papel importante na geração de trabalho no rural brasileiro.

## 1.1. Mudanças produtivas do setor agropecuário

Para compreender a magnitude das mudanças produtivas do setor agropecuário é importante ter conhecimento das singularidades que envolvem o processo de produção do setor. Dentre elas, destaca-se a rigidez quantitativa da produção. Além da baixa elasticidade da demanda em relação ao preço dos produtos agrícolas, é essencial destacar a existência de uma elevada dependência às condições naturais (associada ao ciclo biológico do produto agrícola) que, por sua vez, definem o caráter sazonal do processo produtivo e, como consequência, gera maiores riscos e uma maior necessidade de capital de giro (Buainain, 2007; Ramos, 2007). Essa dependência também revela que a elasticidade entre o preço e a produção de produtos agrícolas não é imediata. Em razão do tempo necessário para o cultivo das lavouras ou criação de animais, a produção abriga uma rigidez temporal significativa. De maneira resumida, Buainain (2007, p. 78) expõe que “a atividade agropecuária é sujeita a um elevado grau de risco e incerteza, já que devido a suas características intrínsecas tem maior dificuldade para ajustar-se rapidamente a flutuações conjunturais dos mercados”.

Todas essas particularidades transparecem os desafios e as necessidades que inicialmente envolvem qualquer processo de produção da agropecuária. Não obstante, esses desafios sempre fizeram parte do processo de elaboração e planejamento de políticas voltadas ao setor. No Brasil, essas políticas apresentaram dinâmica diferenciada e bastante específica, especialmente as políticas setoriais, como por exemplo de crédito rural e de preços mínimos (Buainain, 2007).

Em relação à agricultura familiar e à agricultura de pequeno e médio porte, nas últimas décadas, houve a implantação de importantes políticas específicas que têm contribuído para oferecer melhores condições de produção. Destaque merece ser atribuído ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que é considerado como um dos componentes mais relevantes da estratégia de fortalecimento da agricultura familiar (Buainain, 2007; Araújo, 2011). O programa foi criado em meados dos anos 1990, mas foi nos anos 2000 que se observou uma expansão expressiva da sua abrangência (Araújo, 2011).

O agricultor de menor porte também contou com outras importantes políticas. Dentre as principais estão: 1) Seguro da Agricultura Familiar (Seaf); 2) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); 3) Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar; 4) Garantia Safra; 5) as políticas de assistência técnica e extensão rural; 6) o incentivo à pesquisa pública, destacando o papel da Embrapa e das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuárias (Oepas); 7) Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, priorizando produtos da agricultura familiar; entre outras medidas paralelas (Buainain, 2007; Balsadi, 2008; Miranda e Tiburcio, 2012).

Em suma a proeminência das transformações produtivas do setor agropecuário no último meio século é inquestionável. No passado, o setor brasileiro esteve marcado pelo atraso produtivo, mas após a intensificação dos avanços tecnológicos houve um avanço produtivo elevado. Para Del Grossi e Graziano da Silva (2002), a partir do final dos anos 1960, a agricultura brasileira começou a experimentar uma modernização, com base no modelo da “revolução verde”, que caracteriza a introdução de sementes melhores, mais eficientes ao uso de adubos químicos, e a introdução de máquinas/equipamentos. O setor chegou à década de 1990 tecnificado e a adoção de insumos (defensivos, fertilizantes, medicação veterinária) e equipamentos (máquinas, tratores) foi fundamental nesse processo de transformação. Vieira Filho e Fishlow (2017) destacam, por sua vez, que a revolução verde não é suficiente para explicar a mudanças tecnológicas na agricultura brasileira. Para esses autores, o processo de modernização da agricultura brasileira foi alicerçado no modelo de inovação institucional induzida, como o desenvolvimento de novos conhecimentos aplicados ao clima tropical, em vez da simples intensificação do uso de fatores produtivos

O avanço tecnológico foi substancial e continuou nos anos mais recentes. De acordo com Vieira Filho (2010), os produtores agrícolas apresentaram uma crescente capacidade de incorporação de inovação (favorecida pelo aumento da escolaridade dos produtores), que foi essencial para a expansão produtiva do setor.

Para Kageyama (2008), ao longo das décadas, houve a conformação de uma trajetória dominante da agricultura, caracterizada pelo elevado grau de mercantilização, especialização, escala e padronização das atividades produtivas. Com resultado da modernização agrícola, houve forte expansão da produção do setor associada a uma intensa mecanização agrícola, expansão da agroindústria, criação de novas atividades e mercados, alterações de infraestrutura, entre outras alterações.

Nas últimas décadas, a produção da agropecuária apresentou crescimento elevado, tanto em volume como em valor gerado, como ressaltado por Contini (2014). De acordo com o autor, o mercado externo foi o grande propulsor desse crescimento e as exportações apresentaram desempenho expressivo. Essa expansão foi impulsionada pela maior inserção do país nas cadeias produtivas internacionais de *commodities* agrícolas, que acompanhou o intenso aumento dos preços internacionais desses produtos, principalmente a partir do início dos anos 2000.

Com relação à composição das exportações brasileiras do setor, Contini (2014) aponta que há uma certa concentração em poucos produtos até em períodos mais recentes, mas, por outro lado, produtos que eram tradicionais no passado estão perdendo a sua participação no total das exportações. Novos produtos estão ganhando importância em termos de volume e valor, como a soja, as carnes e produtos florestais. Nesta mesma direção,

Gasques et al. (2010) ressalta que com a expansão da produção voltada ao mercado internacional, as atividades agrícolas tradicionais (como o cultivo de café, feijão, mandioca, milho) diminuíram sua importância em termos de geração de valor.

Em paralelo, segundo Kageyama (2008), houve o surgimento de novas atividades agrícolas que atendem mercados específicos, ligadas a um novo estilo de consumo que ainda está em formação no país desde meados dos anos 1990. Na conformação de novos mercados, Santos e Vieira Filho (2012) apontam para o crescimento de novos polos produtivos de frutas, que se desenvolveram a partir da introdução de produtores associados ao agronegócio.

Em relação à ocupação territorial, Kageyama (2008) destaca a forte expansão da fronteira agrícola desde os anos 1950 e mais intensamente a partir dos anos 1970, dentro do Sul-Sudeste e mais recentemente no Centro-Oeste. Segundo a autora, nessas regiões há o recente desenvolvimento de uma produção agrícola moderna, assentada em uma rede de cidades.

De acordo com Contini (2014) o setor brasileiro evoluiu não só pela introdução de novos produtos, mas também com base na produção em novas áreas, destacando a introdução no cerrado brasileiro em décadas mais recentes. Ainda segundo o autor, a título de exemplo, destaca-se a explosão da produção de soja nessas áreas, fato relativamente recente na história do setor brasileiro. Além disso, Buainain et al. (2017) apontam que nos últimos anos uma nova fronteira agrícola, que inclui áreas do Norte e Nordeste, está ganhando proeminência.

Em relação à eficiência do uso de fatores, o crescimento da produtividade do setor agropecuário brasileiro tem sido destacado por muitos estudos. De acordo com estudo de Gasques et al. (2010), o setor brasileiro experimentou forte crescimento da produtividade total dos fatores (PTF) após a década de 1970 e, principalmente, nos anos 2000. Foi a partir deste período que os ganhos da PTF passaram a responder por parcela majoritária do crescimento da produção agropecuária.

Em resumo, o aumento da produção do setor se baseou tanto na expansão territorial quanto, mais destacadamente, na diversificação produtiva (ou alteração da composição das atividades do setor) e nos crescentes ganhos de produtividade. Esses três movimentos que caminham em paralelo estão interligados e resumem as grandes transformações produtivas que o setor agropecuário brasileiro experimentou nas últimas décadas. Frente a essas considerações, é importante avaliar quais foram os efeitos sobre o mercado de trabalho do setor. Em outras palavras, se o processo de transformação produtiva alterou drasticamente a utilização dos fatores, é preciso saber quais foram as alterações relacionadas com o uso do fator trabalho.

## Mercado de trabalho agrícola: impacto das transformações produtivas sobre o uso do fator trabalho

Diante do caráter sazonal do processo produtivo agrícola, o uso do trabalho nas atividades também ocorre em grande medida de maneira sazonal. Como consequência dessa característica, historicamente, as ocupações com vínculo empregatício estável são menos representativas entre os ocupados agrícolas. O trabalho temporário e a alta rotatividade dos trabalhadores foram elementos que caracterizaram a figura do trabalhador agrícola. Na conformação dessas características, a literatura discutiu intensamente o surgimento da figura do “trabalhador volante”, ou do “boia-fria”, que esteve no centro do debate do mercado de trabalho agrícola por muito anos, assim como destaca Ramos (2007).

Analisando as especificidades do setor agropecuário, Ramos (2007) aponta que o trabalhador agrícola apresenta características marcantes, bem distintas da figura tradicional do trabalhador industrial. De modo geral, nas atividades agropecuárias o fluxo de trabalho não é contínuo ao longo do processo produtivo e a jornada de trabalho é bastante mutável, além disso, o trabalho nessas atividades exige o exercício de diversas tarefas, diferentemente do trabalho na indústria que geralmente é mais especializado e apresenta fluxo contínuo.

Na conformação desses fatores, é válido apontar que a singularidade das características do trabalho agrícola impõe obstáculos sobre as análises exploratórias. Como por exemplo, a captação da totalidade dos trabalhadores agrícolas é uma tarefa bastante difícil para qualquer pesquisa, como mencionado por Del Grossi e Graziano da Silva (2002). Esse é o primeiro ponto que qualquer análise do mercado de trabalho agrícola deve considerar. Além disso, a abrangência dos diferentes tipos de ocupação também dificulta a captação da ocupação agrícola. Por vezes a ocupação agrícola se limita ao auxílio na produção dentro da unidade familiar e, por esse motivo, muitas vezes não é propriamente reconhecida como uma ocupação (seja na visão do próprio trabalhador ou na visão de pesquisas). Isso porque parte dos trabalhadores não são remunerados, pelo menos não monetariamente. Em síntese, a tarefa de captar a totalidade de trabalhadores agrícolas já revela desafios para qualquer pesquisa.

Analisando os desdobramentos das recentes mudanças produtivas, em primeiro lugar, é importante destacar que a expansão da produção agrícola não está associada a uma demanda igual de fatores, incluindo o fator trabalho. Apesar da produtividade do trabalho agrícola ser historicamente associada a níveis extremamente baixos no país, ela apresentou crescimento elevado nas últimas décadas (Buainain & Dedecca, 2010; Gasques et al., 2010).

Como a produção agrícola aumentou e o contingente de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas não acompanhou tal aumento, é de se esperar que essa produtividade do trabalho tenha aumentado. Em estudo detalhado sobre a produtividade no setor agropecuário, Gasques et al. (2010) concluiu que o fator trabalho apresentou o maior crescimento da produtividade em comparação com os demais fatores de produção (terra ou capital).

Buainain e Dedecca (2010, p. 135) concluem que “o notável crescimento da produção agrícola se sustenta na elevação da produtividade total dos fatores, rompendo o padrão tradicional de crescimento determinado pela incorporação de novas terras e mão de obra”, como resultado desse processo observado desde os anos 1960, houve uma queda na “absorção direta de mão de obra” pelas das atividades agrícolas.

Em paralelo aos impactos da intensificação da modernização agrícola, é importante observar a variação da população ocupada na agricultura em termos absolutos. No período mais recente a geração de ocupações agrícolas tem apresentado tendência geral de queda, mas as flutuações também foram intensas. Conforme Balsadi (2008), a década de 1990 apresentou oscilações, conformando uma tendência geral de queda. A década de 2000 também foi marcada por flutuações do contingente ocupado na agricultura. De acordo com Maia e Sakamoto (2014), na primeira metade da década houve aumento dos ocupados agrícolas, já na segunda metade houve uma queda. Ou seja, a significativa expansão produtiva no período se traduziu em um considerável aumento de trabalhadores agrícolas apenas na primeira metade da década. Como resultado das flutuações, tanto em 2001 como em 2009 a população ocupada agrícola permaneceu em torno dos 16 milhões de pessoas. E no início da década seguinte a tendência continuou de queda (Maia & Sakamoto, 2014).<sup>1</sup>

Mesmo que no futuro a população ocupada agrícola reduza, o poder dinamizador da agricultura no mercado de trabalho não pode ser subestimado. As atividades agrícolas são a fonte de renda de muitos trabalhadores, especialmente nas áreas rurais onde as ocupações agrícolas representam parcela expressiva dos ocupados, conforme destacado por Neder (2014).

Para além dos impactos quantitativos, é essencial analisar os impactos qualitativos das transformações produtivas. De acordo Buainain e Dedecca (2010), as mudanças produtivas afetam positivamente as relações de trabalho assalariado no sentido de ampliar a possibilidade de inclusão dos trabalhadores no sistema público de proteção e regulação do trabalho.

Nesta direção, ao longo das últimas décadas houve um aumento do assalariamento das atividades do setor e, nos anos mais recentes, destaca-se o aumento da participação dos empregados com carteira de trabalho (Maia & Sakamoto, 2014).

---

<sup>1</sup> Os estudos citados no parágrafo analisam a evolução da população ocupada agrícola com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD). É importante considerar que, como a captação dos trabalhadores agrícolas carrega dificuldades associadas às próprias características da atividade agrícola, diferentes fontes de dados oferecem informações de ocupados agrícolas que podem ser conflitantes. Lembrando que a PNAD apresenta uma restrição com relação à captação da população rural brasileira.

Em paralelo ao aumento do trabalho assalariado e formal, na prática, as tarefas e as funções do empregado agrícola também foram alteradas. De acordo com Balsadi e Del Grossi (2016, p. 92), “as inovações no processo produtivo, desde o preparo do solo até as atividades de colheita e pós-colheita, exigem um novo perfil de trabalhadores, mais qualificados e com maior flexibilidade para novas funções”. Além disso, o aumento da diversificação da agricultura nas últimas décadas, também aumentou o leque de ocupações no setor.

A própria inserção da agricultura nos mercados internacionais contribuiu para a promoção de melhorias na qualidade do emprego, mesmo que essas melhorias não tenham sido experimentadas por todos os trabalhadores agrícolas. De acordo com Balsadi (2008), a busca por certificações que garantam melhor inserção dos produtos agropecuários brasileiros em mercados mais exigentes, tiveram efeitos positivos sobre a qualidade do trabalho. Além disso, o autor também aponta para o papel dos órgãos nacionais na fiscalização das empresas agrícolas de maior porte, com a finalidade de evitar abusos aos direitos sociais e trabalhistas.

É importante destacar que diferentes segmentos da atividade agrícola apresentam relações distintas com o uso do fator trabalho, que reflete em diferentes composições na estrutura de trabalho. Deste modo, a expansão de determinadas atividades agrícolas gera automaticamente desdobramentos sobre o mercado de trabalho. Analisando os trabalhadores de diferentes segmentos do setor agropecuário, Maia e Sakamoto (2014) destacam os elevados diferenciais na composição das ocupações agrícolas, enquanto algumas atividades são fortemente caracterizadas pelo uso do trabalho assalariado, outras são basicamente constituídas pelo trabalho não remunerado de autoconsumo. Como exemplo, dentre aqueles ocupados no cultivo de cana de açúcar, mais de 90% eram empregados e o aumento foi intenso entre 1992 e 2012, sobretudo daqueles empregados permanentes com carteira de trabalho. Ademais, o aumento da participação da posição de empregado foi notado em outros segmentos do setor, como nas atividades de cultivo de cereais em geral e nas atividades de cultivo de hortaliças em geral.

Como o avanço do setor agropecuário não gerou impactos igualitários sobre todos os trabalhadores, existe um reflexo sobre o quadro de heterogeneidade, que representa um marco na história da evolução do mercado de trabalho do setor. Buainain e Dedecca (2010) apontam a existência de uma tendência contraditória: por um lado, as transformações da estrutura produtiva elevam a produtividade do trabalho de diversos produtores e o uso do trabalho formal, por outro lado, persevera a existência de trabalhadores não assalariados que estão ligados principalmente aos pequenos estabelecimentos, incluindo trabalhadores não remunerados que auxiliam na produção familiar.

Para Balsadi (2008), mesmo entre os trabalhadores agrícolas na posição de empregado, há um enorme diferencial de qualidade de emprego, que pode ser descrita como uma verdadeira polarização do mercado de trabalho assalariado agrícola. Seguindo essas considerações, pode-se dizer que o processo de modernização e mecanização que se aprofundou na agricultura com base na grande escala “emprega poucos trabalhadores qualificados e muitos com baixa qualificação” (Balsadi, 2008, p. 126). Deste modo, ainda segundo o autor, existe uma marcante diferença entre as atividades mais dinâmicas *versus* as atividades mais tradicionais.

Em resumo, assim como apontado por Kageyama (2008), passaram a conviver cada vez mais relações capitalistas de trabalho, presentes na agricultura de alta tecnologia, juntamente com persistentes formas de ocupações agrícolas pouco qualificadas.

## 1.2. Mudanças institucionais e o trabalhador do campo

Salvo os desdobramentos das transformações produtivas do setor agrícola, outros fatores também interferiram no mercado de trabalho rural (trabalhadores com residência nas áreas rurais). Dentre as mudanças observadas, aquelas que envolvem a regulação do trabalho rural merecem destaque.

Historicamente, as relações de trabalho no meio rural brasileiro são fortemente associadas à informalidade e condições precárias de trabalho, como por exemplo elevadas jornadas e baixa segurança no trabalho. Para Morello (2008), dentre os fatores que conformaram esse quadro no passado, destaca-se a herança da estrutura fundiária desigual e baseada no latifúndio, associada aos desdobramentos do sistema produtivo baseado na utilização da mão de obra escrava.

Muitos estudos já mostraram que as relações de trabalho do meio rural evoluíram com atraso relevante na comparação com o urbano, principalmente se analisado pela ótica regulatória (Morelo, 2008; Krein & Stravinski, 2008; Buainain & Dedecca, 2010; Garcia, 2014). De acordo com Garcia (2014, p. 570), em função da ausência de regulação do mercado de trabalho rural no passado, “o mercado de trabalho agrícola esteve praticamente abandonado ao longo do século 20 da ação do estado”. Como resultado, as relações de trabalho precárias e a instabilidade do emprego persistiram na evolução do mercado de trabalho agrícola rural brasileiro.

Krein e Stravinski (2008) apontam que o longo período de exclusão dos trabalhadores rurais se deve ao fato de que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 privilegiou os trabalhadores urbanos. Ainda segundo os autores, apenas alguns dispositivos dela ampararam normativamente o trabalhador rural e, na prática, esse tipo de

trabalhador ficou excluído de qualquer cobertura dos direitos trabalhistas. Somente em 1963 foi estabelecido o Estatuto do Trabalhador Rural, que gerou regras e normas específicas para esse grupo de trabalhadores. Em 1973, o estatuto foi revogado (com a Lei 5.889) estendendo, com algumas exceções, as normas da CLT aos trabalhadores rurais, medida conhecida como a “ruralização” da CLT. A partir deste momento foram adotadas regras e normas específicas para esse grupo de trabalhadores que promoveu importante reconhecimento da classe. Ainda de acordo com os autores, frente aos contratos atípicos de trabalho no meio rural (como de parceiros e meação), a lei estendeu os direitos a todo o trabalhador rural. Ou seja, os empregados não foram os únicos beneficiados, mas toda a classe trabalhadora rural também foi (Krein & Stravinski, 2008).

Finalmente, a promulgação da Constituição Federal de 1988 estabeleceu a equiparação de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais, promovendo igualdade jurídica (medida que teve sua efetividade contestada por alguns e ainda é motivo de controvérsia entre os pesquisadores), salvo algumas especificidades distintas em relação ao trabalho do campo previstas na legislação ordinária foram mantidas. Os impactos sobre as condições de trabalho foram notáveis, com destaque para a institucionalização do adicional noturno, limitação dos descontos pela moradia e alimentação na propriedade rural, direito previdenciário rural (regulamentado em 1991), seguro-desemprego, licença-maternidade, entre outros (Krein & Stravinski, 2008; Morello, 2008).

Ao lado desses avanços regulatórios, o papel do sindicalismo também teve suas contribuições no campo. Desde a década de 1950 a questão agrária uniu trabalhadores em torno de questões mais abrangentes que auxiliaram na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) no início dos anos 1960 (Krein & Stravinski, 2008; Morello, 2008). Além disso no período de redemocratização, o rural contou com aumento do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que promoveu uma maior articulação entre os trabalhadores. Todavia, é importante apontar que historicamente as negociações coletivas não se desenvolveram com proeminência no rural, pelo menos não como nas áreas urbanas (Krein & Stravinski, 2008).

Outras medidas de regulação ocorridas nas décadas posteriores podem ser citadas, Krein e Stravinski (2008) apontam que a atuação de órgãos públicos também representam certo avanço, como exemplo, a atuação da Justiça do Trabalho e Ministérios, que juntamente com os trabalhadores, aumentaram a fiscalização, criação de normas na área da segurança do trabalho e o combate contra as falsas cooperativas rurais. Historicamente, a intermediação da contratação contribuiu para os maiores abusos e para a permanência de precárias condições de trabalho (principalmente de transporte e moradia, além da ausência do uso de medidas de segurança no trabalho).

Dentre as políticas que favoreceram o quadro laboral rural no período mais recente, destaca-se política de valorização do salário mínimo, observada principalmente a partir dos anos 2000. A valorização do salário mínimo não gera impactos apenas para os trabalhadores formalizados, mas também para os trabalhadores informais. De acordo com estudo de Saboia (2010), os rendimentos no entorno do valor correspondente ao salário mínimo acabam sendo beneficiados pelo aumento deste valor, tanto no setor formal como no informal do mercado de trabalho.

Outras mudanças do aparato legal que afetaram o trabalhador do meio rural também devem ser destacadas. O alcance da política previdenciária rural foi ampliado de maneira significativa após a nova Constituição de 1988, destacando a ampliação da base de beneficiários e a redução da idade mínima para o recebimento do benefício. A previdência social apresenta especial particularidade dentre os trabalhadores residentes destas áreas: o caráter não contributivo. Medidas que geraram desdobramentos importantes. Na visão de Del Grossi e Graziano da Silva (2002), a previdência social rural foi uma política social compensatória e teve importantes efeitos sobre as condições de reprodução das famílias rurais, podendo ser considerada a principal política para a agricultura familiar por um longo período após a sua aplicação (principalmente ao longo da década de 1990 quando ainda não havia tantas políticas direcionadas ao pequeno produtor). Por outro lado, Maranhão e Vieira Filho (2017) destacam falhas institucionais na concessão da aposentadoria rural que comprometem a sustentabilidade do sistema em longo prazo. Por exemplo, um grande número de benefícios ainda é concedido por via judicial sem a comprovação direta com o desempenho da atividade no campo.

Paralelamente, as políticas de transferência de renda (como o Programa Bolsa Família) também apresentaram forte expansão dos benefícios no rural, sobretudo ao longo dos anos 2000, quando houve expansão do programa. Em síntese, tem sido apontado que os rendimentos oriundos dessas fontes de renda (aposentadoria e outras transferências) incentivam a agricultura familiar de pequeno porte, potencializando assim as políticas de crédito rural. De acordo com Buainain e Dedecca (2010), essas políticas focadas à população rural estariam hipoteticamente elevando o custo do trabalho entre os moradores rurais e incentivando a estabilidade da agricultura familiar. Ainda segundo os autores, a expansão dessas fontes de renda gerou estabilidade econômica para muitas famílias rurais, eliminando a pressão que alguns membros familiares sofriam para abandonar as atividades agrícolas da unidade familiar. Para os autores, as transferências de renda estariam, em certa medida, elevando o poder de negociação dos trabalhadores de baixa renda.

Por fim, é importante apontar o surgimento de novas oportunidades de ocupação fora do setor agrícola no meio rural, que se traduziu em uma redução da participação da

ocupação agrícola no total de ocupados rurais (Del Grossi & Graziano da Silva, 2002; Kageyama, 2008). Para Kageyama (2008), novos elementos surgiram no mercado rural, a partir de meados dos anos 1990, que se constituem em oportunidades aos pequenos produtores. Em paralelo, ainda segundo a autora, a maior comunicação e integração com as áreas urbanas e o aumento do acesso ao transporte público contribuíram, em parte, para o acesso dos trabalhadores rurais às atividades não agrícolas nas áreas urbanas. Mesmo que os empregos oferecidos nessas áreas à população rural sejam geralmente de baixa qualidade (em parte significativa ligadas ao setor de serviços pessoais), as ocupações não agrícolas passaram a ter crescente importância na composição da renda das famílias rurais. Além disso, a própria expansão da agroindústria se traduziu no desenvolvimento de ocupações e funções não agrícolas (Kageyama, 2008).

No resumo das mudanças brevemente analisadas nesta seção, pode-se considerar que as transformações produtivas e institucionais do meio rural foram acompanhadas por melhorias relevantes para parcela dos ocupados nas atividades agrícolas nos últimos anos (grosso modo a partir dos anos 2000, comparando com a situação dos trabalhadores nas décadas passadas), especialmente em relação a qualidade das condições de trabalho.

## 2. Metodologia

As informações deste presente estudo foram extraídas dos microdados do Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010 fornecidos pelo IBGE. Para definição da população ocupada agrícola foram consideradas as pessoas que no trabalho principal tinham como atividade econômica as atividades agropecuárias (cultivo de lavoura ou criação de animais), atividades de extração vegetal e atividades de pesca.

Deste modo, esse estudo analisa os trabalhadores ocupados diretamente nas atividades do setor primário da agropecuária (isto é, não se trata de uma análise abrangente dos ocupados no agronegócio). O termo agrícola, neste trabalho, se refere tanto às atividades da agricultura como as atividades da pecuária, ou seja, trabalhador agrícola ou trabalhador agropecuário são descrições igualmente utilizadas.

O Censo Demográfico de 2000 inseriu mudanças metodológicas importantes que devem ser levadas em consideração nas interpretações dos dados (principalmente considerando o fato de que algumas distorções não são passíveis de correção). Em primeiro lugar, cabe enfatizar que houve alterações sobre o período de referência da pesquisa para a condição de ocupação – mudança que já foi bastante destacada pela literatura (Dedecca & Rosandiski, 2003; Dedecca et al. 2004). Antes do Censo de 2000, as pesquisas adotavam um

período de referência de 12 meses. Já a partir de 2000 a pesquisa passou adotar um período de referência mais curto de uma semana (igual a adotada pela PNAD).

Em 2000 o Censo ampliou a mensuração do trabalho não remunerado e uma pergunta específica para saber se as pessoas estavam trabalhando em alguma atividade para o próprio consumo foi inserida no questionário. Logo, nos anos 2000 e 2010 a pesquisa separou os não remunerados dentre aqueles que trabalhavam no auxílio a outros membros domiciliares e aqueles que trabalhavam na produção para o próprio consumo. A captação dos não remunerados nas atividades agrícolas se tornou mais eficiente. Em 1991 havia apenas a investigação do trabalho não remunerado como um todo (considerando aqueles com trabalho sem remuneração na ajuda de algum negócio ou estabelecimento), sem a investigação mais precisa. Deste modo, o tamanho da população ocupada nas atividades agrícolas não remuneradas em 1991 pode estar subestimada, na comparação com 2000 e 2010.

O Censo Demográfico de 2000 incluiu o trabalho sem rendimento com jornada inferior a 15 horas semanais. Na pesquisa de 1991, os ocupados sem remuneração abaixo desta faixa não eram considerados pela pesquisa (Dedecca & Rosandiski, 2003; Dedecca et al. 2004). Neste sentido, este estudo padronizou os ocupados sem remuneração, considerando apenas aqueles com jornada igual ou superior a 15 horas.

Vale enfatizar que apesar de existirem mudanças na captação das categorias de posição na ocupação de empregado e conta própria, as comparações entre os Censos podem ser feitas sem problemas formais (Dedecca & Rosandiski, 2003). Para esclarecimento, usualmente são definidos como: (i) *empregados* aqueles que trabalham para um empregador e recebem uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento; (ii) *conta próprias* aqueles que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão/ofício sem empregados; (iii) *empregadores* aqueles que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão/ofício com auxílio de um ou mais empregados (IBGE, 2016).

Para analisar a formalidade das diferentes categorias de ocupação, dentre os empregados considerou-se formal aqueles com carteira de trabalho assinada, já para os conta próprias e empregadores considerou-se formal aqueles que declararam contribuição para alguma instituição de previdência social (seja ela privada ou pública).

Por fim, cabe expor aqui que existem limitações impostas pelo Censo de 2010 com relação à investigação da escolaridade. Nesse ano a pesquisa não incluiu a pergunta referente ao último grau e a última série concluída (com aprovação) para aqueles que não frequentavam a escola, o que impede o cálculo da variável derivada de anos de estudo completo. Neste sentido, para a comparação com as pesquisas anteriores é preciso realizar alguns ajustes. Berquó e Cavenaghi (2014) debateram sobre essa descontinuidade e indicam que através do

cruzamento de variáveis é possível realizar uma aproximação mais desagregada do nível de escolaridade. Seguindo metodologia dessas autoras, o presente estudo definiu 4 grupos de escolaridade: 1) de 0 a 3 anos de estudo (sem instrução até o primário incompleto); 2) de 4 a 8 anos de estudo (do primário incompleto até ensino fundamental completo); 3) de 9 a 11 anos de estudo (do ensino médio incompleto até o completo) e; 4) 12 anos de estudo ou mais (do ensino médio completo até o superior completo).

### **Delimitação do espaço rural brasileiro: nível de classificação, conceito e unidade de análise**

A classificação das áreas rurais pode se originar de diferentes níveis de desagregação. É importante declarar que a unidade de classificação utilizada neste estudo se baseia no limite do município.

Esse nível de classificação é diferente do oficialmente utilizado pelos órgãos governamentais, cuja delimitação se aplica internamente a cada município (ou seja, dentro de cada município existem áreas rurais e urbanas). Em muitos casos, tal delimitação atende meramente a um critério administrativo-político (uma vez que a classificação é função do próprio município). As limitações e problemáticas dessa classificação oficial já foram largamente debatidas na literatura (Veiga, 2003; Del Grossi & Graziano da Silva, 2002; Kageyama, 2008).

Partindo desse esclarecimento, buscou-se estabelecer uma classificação alternativa de "rural" que considere elementos analíticos simples e que já apresente disseminação relevante entre os estudos. Desta forma, este trabalho utilizou o conceito de Veiga (2003) para a delimitação do rural brasileiro. Na visão do autor, os municípios brasileiros poderiam ser agrupados em diferentes classificações considerando a densidade demográfica e tamanho da população. O autor concluiu que podem ser considerados como rurais os municípios de pequeno porte que representariam cerca de 80% dos municípios brasileiros (até o momento da realização da pesquisa).

Antes de prosseguir, cabe esclarecer um particular ajuste que este estudo realizou. Para permitir a investigação no tempo, a unidade de análise utilizada é aquela mais se aproxima da unidade municipal e, somada a isso, que considere as alterações do município ao longo do tempo: Área Mínima de Comparação (AMC). AMC é a menor unidade comparável dos municípios entre diferentes períodos, ou seja, constitui a área agregada do menor número de municípios necessários para que as comparações intertemporais sejam geograficamente consistentes. Deste modo, para possibilitar uma análise longitudinal os municípios foram agregados em 4.267 AMCs (conforme o ilustrado na Tabela 1). Neste sentido, foram anuladas as distorções causadas pela criação/emancipação de municípios entre os períodos.

Baseado nas indicações de Veiga (2003) para a classificação de municípios, foram definidas como rurais as localidades que atendiam simultaneamente à três exigências em 2010: 1) AMCs que não participavam das 35 áreas metropolitanas, definidas pelo IBGE; 2) AMCs com população total menor a 50 mil habitantes; 3) AMCs com densidade demográfica abaixo de 80 hab/km<sup>2</sup>. Acredita-se que seguindo as três exigências citadas o estudo incluiu parcela significativa do verdadeiro rural brasileiro.

A Tabela 1 apresenta os resultados dessa classificação. Foram consideradas 2.986 AMCs rurais, respondendo por 70% do total delas – bem próximo da participação de municípios rurais do estudo de Veiga (2003).

**Tabela 1. Área Mínima Comparável (AMC) segundo condição rural-urbana. Brasil e regiões.**

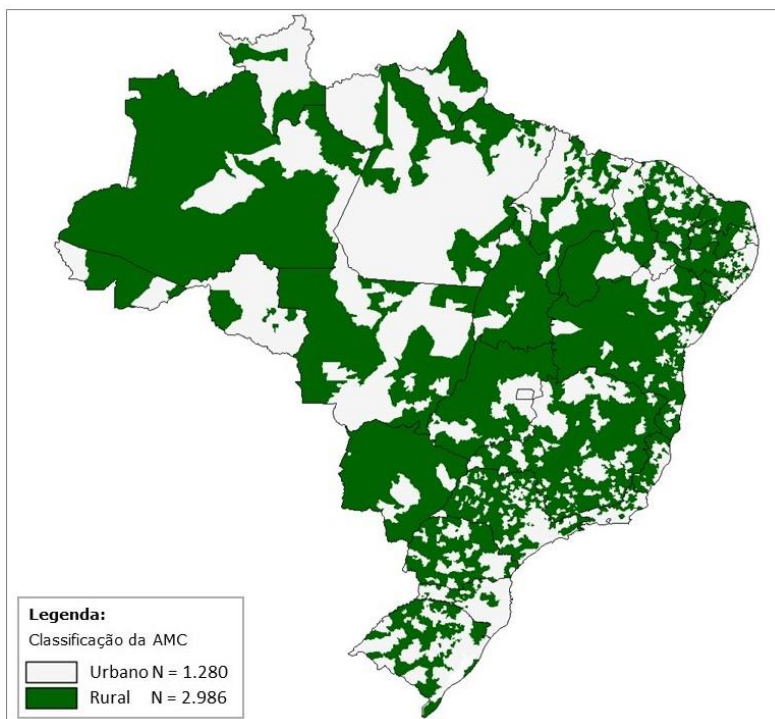
Região	AMC		
	Rural	Urbana	Total
Norte	183	71	254
Nordeste	1.003	449	1.452
Centro-Oeste	294	62	356
Sudeste	1.018	405	1.423
Sul	488	294	782
Brasil	2.986	1.281	4.267
	69,98%	30,02%	100%

Fonte: Elaboração própria.

Como destacado por Kageyama (2008), o rural não é estático e inerte ao longo do tempo, mas sofre metamorfose. Mesmo tendo o conhecimento que o rural é um objeto que sofre alteração ao longo do tempo, a classificação do rural considerou as características da população no ano de 2010. Deste modo, algumas localidades que poderiam ser classificadas como rurais em 1991 e 2000, devido as suas características no último ano, foram perdidas das análises. São aquelas AMCs que atendiam aos critérios de rural nesses anos e (devido ao aumento populacional) passaram a serem consideradas urbanas em 2010. Essa restrição é necessária para permitir a criação de uma base balanceada de informações nos diferentes anos e para possibilitar uma comparação longitudinal. Em suma, a definição do que é rural não é apenas difícil conceitualmente, mas a delimitação prática também envolve inúmeros desafios.

O Mapa 1 apresenta as áreas das 2.986 AMCs rurais representadas na cor verde. Cabe ressaltar que a definição de rural adotada se difere dos demais estudos que seguem a classificação oficial do IBGE. Logo, os resultados neste estudo são diferentes, o que torna a comparação inviável com aqueles que utilizam outra definição de rural.

**Mapa 1. Distribuição do território brasileiro rural e urbano, considerando o nível territorial de AMCs entre 1991 e 2010.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010.  
Nota: não apresenta a AMC urbana do município de Fernando de Noronha.

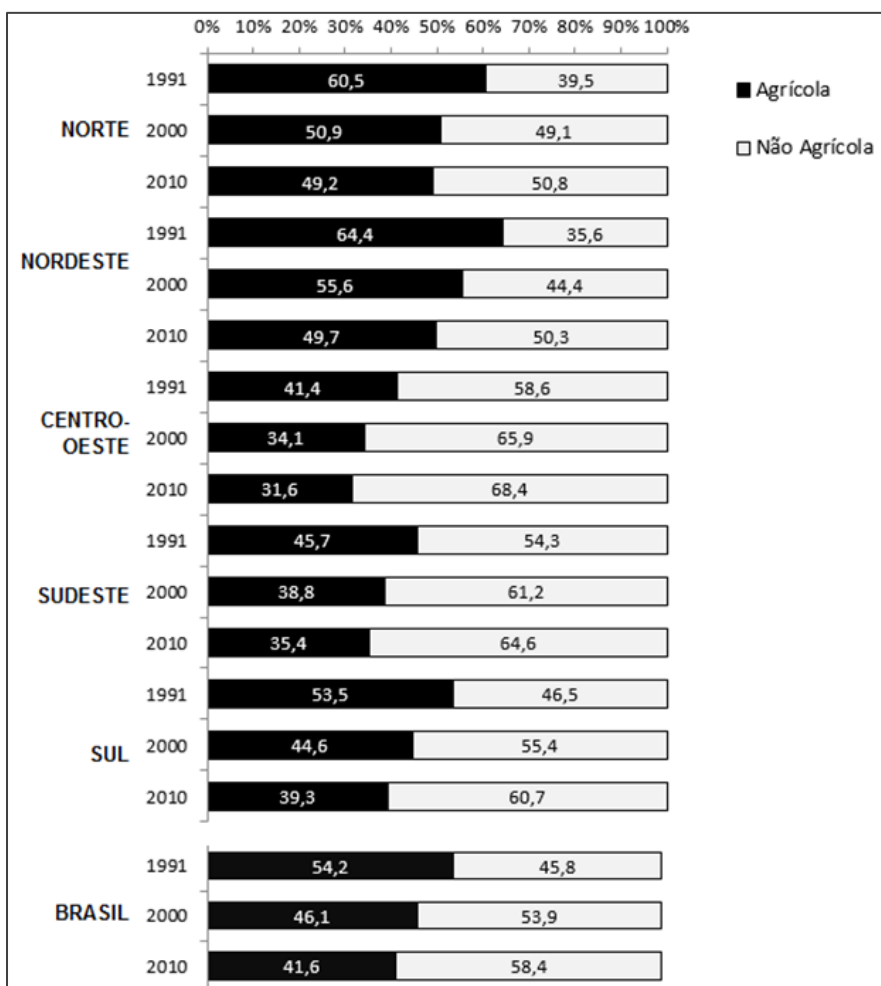
### 3. Mercado de trabalho agrícola nas AMCs rurais brasileiras em 1991, 2000 e 2010

#### 3.1. Total dos trabalhadores agrícolas

A Figura 1 apresenta a participação dos agrícolas e não agrícolas no total da população ocupada rural. Como já era esperado, os resultados apontam que as atividades agrícolas perderam a sua importância em termos relativos. Em 1991 respondiam por 54,2%, caindo para 41,6% em 2010. Apesar das atividades agrícolas estarem perdendo sua participação relativa, ainda detêm parcela significativa dos trabalhadores rurais.

É importante ressaltar que tal redução da participação não necessariamente se traduz na perda do dinamismo do setor agropecuário. A agricultura (e de maneira mais abrangente o agronegócio) estaria, por outro lado, demandando outras formas de ocupação que não estariam apenas relacionadas diretamente ao cultivo de lavouras e criação de animais (por exemplo, ocupações ligadas à utilização de novas tecnologias, como mecânicos e técnicos de equipamentos), como destacado por Garcia (2014). Deste modo, parcela das atividades consideradas não agrícolas estariam relacionadas com o avanço integrado do agronegócio.

**Figura 1. População ocupada rural segundo grupo de atividade econômica (agrícola e não agrícola).  
Brasil e regiões: 1991, 2000 e 2010 (em %).**



Fonte: Censo Demográfico (elaboração própria).

É importante notar que a análise das políticas, por intermédio desta proposta, não se faz apenas por justaposição das informações relativas a cada uma das estruturas, mas também pelas relações de mútuas interferências que se processam entre elas, conforme a Figura 1 sugere.

O Centro-Oeste, que apresenta um setor agrícola bastante desenvolvido, apresentou a menor participação das atividades agrícolas no total de ocupados rurais (31,6% em 2010). O emprego da alta tecnologia na agricultura da região racionaliza a utilização direta da mão de obra no cultivo de produtos agrícolas e demanda em outras funções que são denominadas não agrícolas (como por exemplo, motoristas e técnicos de colheitadeiras).

A redução da participação das atividades agrícolas foi observada em todas as regiões brasileiras, com destaque para a queda acentuada da participação no Nordeste. Apesar dessa redução, os ocupados rurais nordestinos ainda detinham a maior proporção de agrícolas em 2010.

A Tabela 2 apresenta o total da população rural ocupada em atividades agrícolas e a taxa de variação dessa população, para cada região e Brasil. Após uma redução entre 1991 e 2000 (de quase 6%), o total de agrícolas rurais apresentou crescimento sensível na última década (de 1,2%), chegando ao final do período com 6,7 milhões de pessoas. A sensível recuperação do total de ocupados poderia ser explicada pelo melhor dinamismo do setor (e pelo *boom* agrícola) observado na década de 2000.

Para uma comparação, a Tabela 3 apresenta informações da população agrícola nas áreas urbanas. Nota-se que houve um crescimento acentuado dos agrícolas residentes de áreas urbanas, principalmente entre 2000 e 2010. Destaca-se que houve uma inversão da representatividade dos agrícolas por área, em 1991 os agrícolas se concentravam no rural e em 2010 os agrícolas urbanos ultrapassaram os agrícolas do rural.

Como este estudo tem como objeto de estudo os trabalhadores agrícolas rurais, as análises seguintes se dedicam exclusivamente aos ocupados com residência em áreas rurais (representados na Tabela 2).

20

**Tabela 2. População agrícola rural e taxa de variação. Brasil e regiões: 1991, 2000, 2010.**

Região	1991		2000		2010		Taxa de variação (%)		
	N (mil)	%	N (mil)	%	N (mil)	%	1991-2000	2000-2010	1991-2010
Norte	460	6,5	486	7,3	591	8,8	5,6	21,8	28,7
Nordeste	2.909	41,2	2.805	42,2	2.654	39,5	-3,6	-5,4	-8,8
Centro-Oeste	486	6,9	459	6,9	539	8,0	-5,4	17,4	11,0
Sudeste	1.880	26,6	1.768	26,6	1.841	27,4	-6,0	4,1	-2,1
Sul	1.322	18,7	1.122	16,9	1.097	16,3	-15,1	-2,3	-17,0
Brasil	7.056	100	6.640	100	6.722	100	-5,9	1,2	-4,7

Fonte: Censo Demográfico (elaboração própria).

**Tabela 3. População agrícola urbana e taxa de variação. Brasil e regiões: 1991, 2000, 2010.**

Região	1991		2000		2010		Taxa de variação (%)		
	N (mil)	%	N (mil)	%	N (mil)	%	1991-2000	2000-2010	1991-2010
Norte	602	10,9	777	12,9	1.094	11,3	29,1	40,7	81,7
Nordeste	2.276	41,4	2.358	39,1	2.869	29,5	3,6	21,7	26,1
Centro-Oeste	272	4,9	312	5,2	689	7,1	14,9	120,5	153,4
Sudeste	1.218	22,2	1.440	23,9	3.451	35,5	18,2	139,6	183,3
Sul	1.132	20,6	1.136	18,9	1.615	16,6	0,3	42,2	42,6
Brasil	5.500	100	6.024	100	9.718	100	9,5	61,3	76,7

Fonte: Censo Demográfico (elaboração própria)

O Nordeste merece atenção, pois detém 39,5% do total de agricultores rurais em 2010. Neste sentido, os nordestinos são em grande medida responsáveis pelas transformações observadas para o total dos agricultores do rural brasileiro. Por outro lado, o Centro-Oeste detém apenas 8% desses ocupados. Esses diferenciais regionais de representatividade imprimem um quadro bastante heterogêneo do mundo do trabalho agrícola rural. Na realidade, a distribuição dos trabalhadores agrícolas não se assemelha a distribuição da produção agrícola (principalmente em termos de valor agregado da produção). Isso porque a expansão da agricultura tecnificada e inovadora, observada nas últimas décadas, não foi homogênea entre os produtores do setor. Na realidade foi marcada por fortes diferenciais regionais, assim como destacado por Kageyama (2008), ligadas à diferentes estruturas produtivas e tipos de estabelecimento.

É importante comparar o comportamento dos agricultores rurais dentre as regiões entre os dois intervalos de análise. Entre 1991 e 2000, apenas o Norte apresentou variação positiva desses trabalhadores, já as demais regiões apresentaram redução. Por outro lado, entre 2000 e 2010, o Sudeste e principalmente o Norte e Centro-Oeste apresentaram crescimento positivo, justamente a área da nova fronteira agrícola, assim como apontado por Kageyama (2008). Vale notar que neste último intervalo, apesar de permanecer em queda, o Sul apresentou uma desaceleração da redução dos ocupados agrícolas rurais.

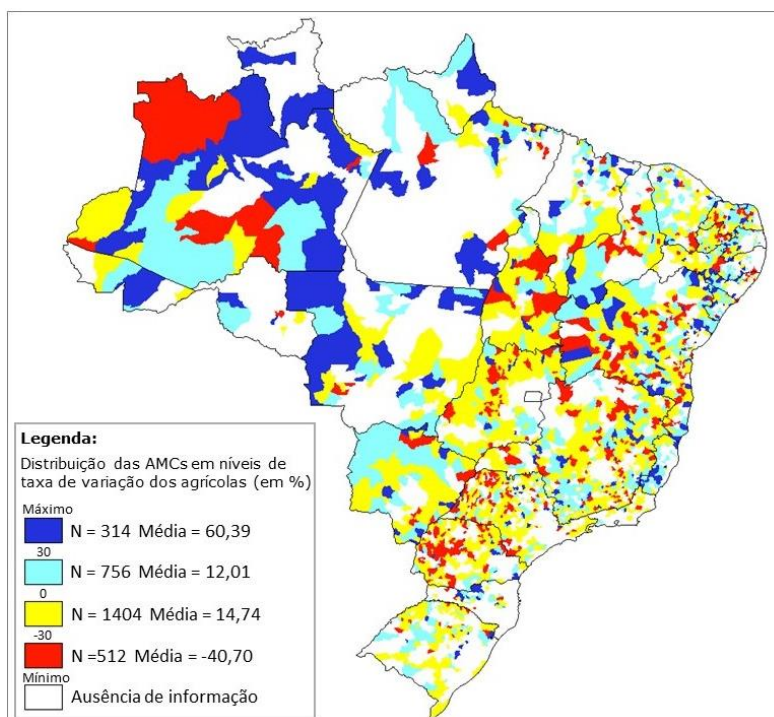
Os diferentes níveis de variações da população ocupada agrícola rural estão expostos nos Mapas 2 e 3, diferenciados pelos intervalos de análise (as áreas em branco nos

mapas se referem as localidades urbanas). Visualmente, é possível notar que o Mapa 2 (intervalo de 1991 a 2000) é constituído por maiores áreas em amarelo e vermelho (taxas negativas de variação), especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Tocantins. No total 1.916 AMCs apresentaram redução dos agrícolas nesse intervalo.

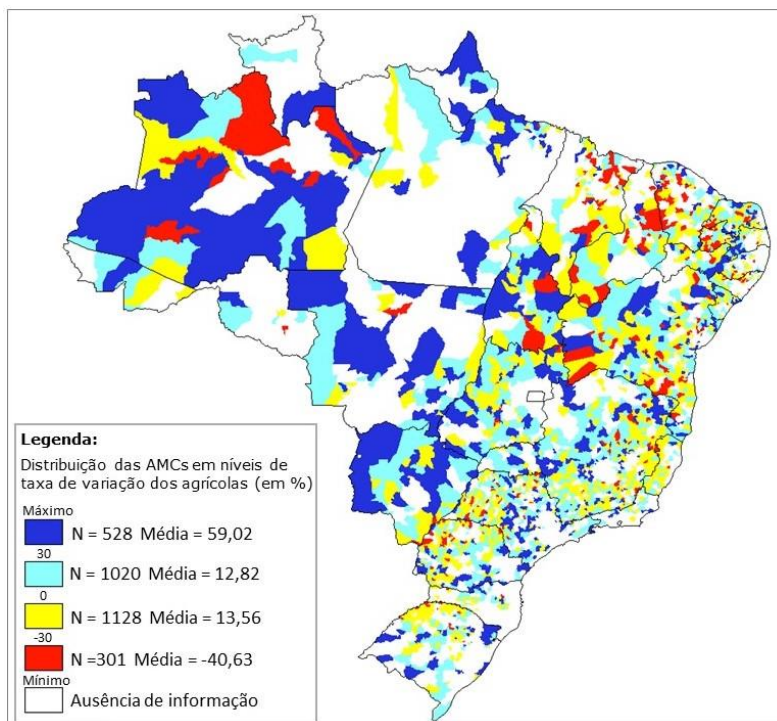
Já no segundo intervalo de análise, esse número caiu para 1.429 (áreas em amarelo e vermelho do Mapa 3). Esse diferencial representa uma certa recuperação da tendência de queda do tamanho dos ocupados agrícolas rurais. Apesar da variação dos agrícolas rurais não ser positiva em todas as regiões, entre 2000 e 2010, é possível notar que muitas localidades apresentaram crescimento (mesmo nas regiões em que a variação total foi negativa, como no Sul e Nordeste). Isto é, uma análise mais segmentada (e espacialmente visível) acentua o comportamento distinto dos agrícolas entre os dois períodos e revela que um número considerável de localidades rurais teve crescimento dos agrícolas nos anos 2000.

Nesta direção, entre 2000 e 2010, 528 localidades rurais tiveram crescimento superior a 30% do tamanho da população ocupada agrícola (em azul escuro no Mapa 3).

**Mapa 2. Taxa de variação dos agrícolas rurais entre 1991 e 2000.**



Fonte: Censo Demográfico (elaboração própria).

**Mapa 3. Taxa de variação dos agrícolas rurais entre 2000 e 2010.**

Fonte: Censo Demográfico (elaboração própria).

23

Em suma, apesar de parcela relevante das localidades rurais persistirem com a tendência de redução da população agrícola, essa tendência foi atenuada na década de 2000. O aumento de agrícolas em um maior número de localidades rurais pode indicar um aumento da demanda por mão de obra no setor agropecuário. Mas isso é apenas um indicativo. A análise da demanda exige uma investigação mais detalhada, visto que muitas ocupações nas atividades agrícolas são de subsistência e não contam com uma estrutura produtiva integrada aos sistemas de comercialização, constituindo ocupações de refúgio (que abrigam pessoas que, sem opções de trabalho remunerado, acabam se ocupando nessas atividades).

### 3.2. Gênero

A Tabela 4 apresenta informações de ocupados agrícolas rurais desagregada por sexo. Chama atenção o comportamento inverso dos dois grupos. Enquanto os homens apresentaram queda, as mulheres apresentaram aumento. Em termos absolutos, entre 1991 e 2010, houve uma perda de 1,3 milhões de homens ocupados na agricultura brasileira, que foi em parte compensada pelo ganho de 959 mil mulheres.

Apesar do intenso crescimento das mulheres nas atividades agrícolas, a base numérica no início do período era muito pequena e, em 2010, elas ainda representavam parcela reduzida do total (27,5% dos agrícolas rurais). Como ressaltado por Maia (2014), há diversos fatores que explicam a maior participação masculina na agricultura, como por exemplo, a intensa participação das mulheres rurais em trabalhos nos centros urbanos, sobretudo nos serviços domésticos. Além disso, as transformações produtivas das atividades agrícolas como o processo de assalariamento privilegiaram, historicamente, a contratação de homens. Ainda segundo o autor, outro fator que contribuiu para a masculinização das atividades agrícolas se relaciona aos procedimentos de transmissão do patrimônio dentro das famílias rurais que excluem a mulher da condição de herdeira potencial dos bens.

**Tabela 4. População agrícola rural e taxa de variação por sexo. Brasil e regiões: 1991, 2000, 2010.**

Região	Gênero	1991		2000		2010		Taxa de variação da população		
		N (mil)	%	N (mil)	%	N (mil)	%	1991-2000	2000-2010	1991-2010
Norte	Homens	420	91,4	400	82,4	424	71,7	-4,8	6,1	1,0
	Mulheres	39	8,6	86	17,6	167	28,3	117,5	95,2	324,7
	<i>Total</i>		100		100		100			
Nordeste	Homens	2.566	88,2	2.200	78,4	1.932	72,8	-14,3	-12,2	-24,7
	Mulheres	343	11,8	605	21,6	722	27,2	76,4	19,4	110,7
	<i>Total</i>		100		100		100			
Centro-Oeste	Homens	472	97,2	420	91,5	430	79,7	-10,9	2,2	-9,0
	Mulheres	14	2,8	39	8,5	110	20,3	184,3	180,0	695,9
	<i>Total</i>		100		100		100			
Sudeste	Homens	1.676	89,2	1.435	81,2	1.371	74,5	-14,4	-4,5	-18,2
	Mulheres	204	10,8	333	18,8	470	25,5	63,3	41,4	130,9
	<i>Total</i>		100		100		100			
Sul	Homens	1.029	77,9	803	71,5	715	65,2	-22,0	-11,0	-30,6
	Mulheres	292	22,1	320	28,5	382	34,8	9,5	19,4	30,7
	<i>Total</i>		100		100		100			
Brasil	Homens	6.164	87,4	5.258	79,2	4.871	72,5	-14,7	-7,4	-21,0
	Mulheres	892	12,6	1.382	20,8	1.851	27,5	55,0	34,0	107,6
	<i>Total</i>		100		100		100			

Fonte: Censo Demográfico (elaboração própria).

Analisando as regiões, nota-se que o comportamento declinante do total de trabalhadores agrícolas no Sul teve como responsável a queda dos ocupados do sexo masculino (que apresentaram redução de 30,6% entre 1991 e 2010). Em parte, isso se deve ao processo de transição demográfica observado na região. Como a população da região passa por um intenso processo de envelhecimento populacional, essa queda pode ser devida a idade alcançada pelos trabalhadores (um número cada vez maior de homens não estaria mais apto ao trabalho agrícola, em razão da idade avançada). Essas questões foram abordadas por Maia (2014) e Garcia (2014).

Em consonância, todas as regiões apresentaram variação negativa dos agrícolas do sexo masculino, com exceção do Norte que praticamente manteve esse contingente (aumento de 1% dos homens agrícolas). Seguindo esse movimento, ressalta-se que mais de meio milhão de agrícolas homens nordestinos (634 mil) deixaram as atividades do setor, seja em razão do baixo dinamismo do setor da agricultura na região ou por outros motivos. Independente da razão, é fato que a saída de pessoas do mercado de trabalho agrícola dificilmente terá reposição no Nordeste.

Todas as regiões apresentaram aumento da população feminina nas atividades agrícolas de maneira significativa. O Centro-Oeste apresentou o maior crescimento relativo das mulheres agrícolas, mas é importante destacar que em 1991 elas representavam apenas 20,3% dos agrícolas da região.

Entre os dois períodos analisados, é importante ressaltar que houve uma desaceleração na queda do número de homens agrícolas no segundo intervalo de análise. Isso foi notado em todas as regiões, seguindo a tendência de recuperação do total de agrícolas ocupados nos anos 2000. Ressalta-se que no Centro-Oeste e principalmente no Norte houve uma inversão da variação negativa e incremento do número de homens ocupados.

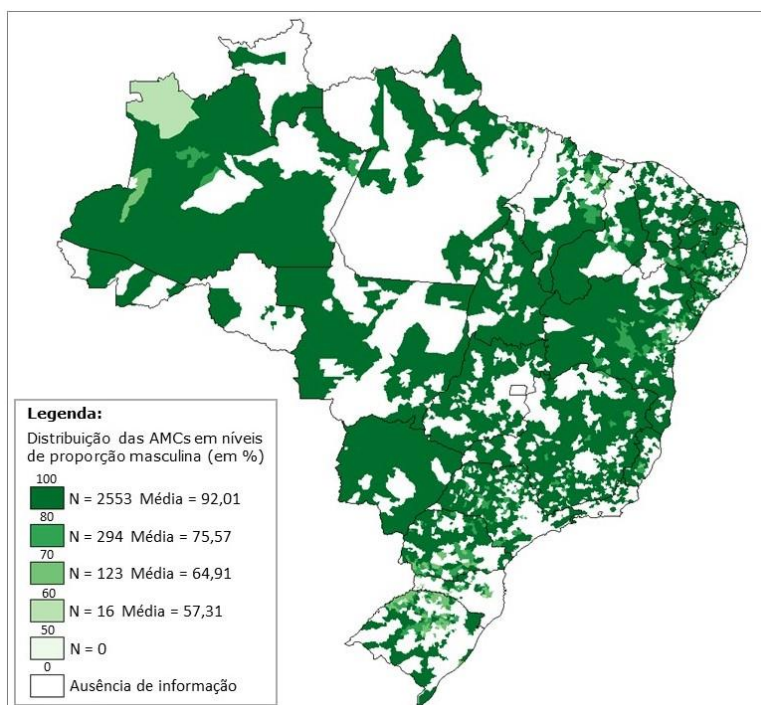
Ao contrário do observado para os homens, o crescimento das mulheres nas atividades agrícolas foi maior no primeiro intervalo de análise. Deste modo, as mulheres contribuíram para que o mercado de trabalho agrícola rural não caísse com maior intensidade, principalmente, nos anos 1990.

Esse comportamento diferenciado pode trazer várias indagações. Por exemplo, o menor dinamismo econômico das atividades agrícolas nos anos 1990 pode ter empurrado alguns homens para outras atividades não agrícolas na busca por melhores remunerações (em parte, devido a redução de empregos no setor agropecuário) e, por outro lado, os baixos níveis de renda domiciliar do período podem ter atraído mulheres para as atividades agrícolas na busca por renda (isto é, frente aos maiores níveis de pobreza rural da década as mulheres passaram a se inserirem no mercado de trabalho). Em contraponto, o maior dinamismo do

setor agrícola nos anos 2000 voltou a atrair homens para essas atividades. Essa reflexão, de certo modo, transparece a precariedade da inserção feminina no mercado de trabalho agrícola, uma vez que tal inserção aparenta apenas preencher lacunas no mercado de trabalho agrícola. Todavia, é importante ressaltar que são apenas indicativos (suposições) e não representam a realidade de todas as mulheres agrícolas. Muitas estão inseridas de maneira qualificada, em ocupações com alta remuneração e exercendo funções de destaque no sistema produtivo.

Os Mapas 4 e 5 apresentam diferentes níveis da proporção de homens sobre o total de ocupados agrícolas (em %) para o ano de 1991 e 2010, respectivamente. A comparação dos mapas revelou que houve uma queda elevada da masculinização dos ocupados agrícolas rurais. Em 1991, parcela majoritária das AMCs rurais apresentaram proporção masculina acima de 80% (2.553 AMCs), já em 2010 esse número caiu substancialmente (905 AMCs). Também se observou um aumento das áreas com participação mais elevada de mulheres. Em 1991 havia apenas 16 AMCs rurais que contavam com 40% ou mais do quadro de agricultores constituído por mulheres, passando para 143 em 2010.

**Mapa 4. Proporção de homens sobre o total dos agricultores rurais em 1991.**

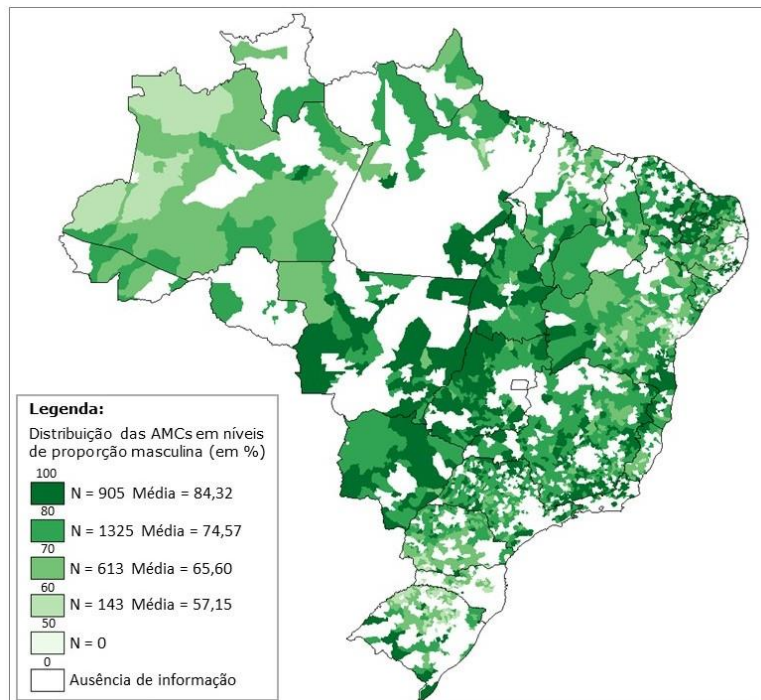


Fonte: Censo Demográfico (elaboração própria).

No geral, nota-se um "clareamento" (redução da participação masculina no total de agricultores) das áreas em várias regiões, tanto no interior do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, como na Bahia, Piauí, Maranhão e outros estados do Nordeste, também no

Norte. O movimento de redução da masculinização agrícola foi intenso e abrangeu todo o território rural brasileiro. Logo, se houve um aumento na demanda por mão de obra no setor agrícola nos anos 2000, pode-se dizer que essa demanda foi em parte suprida pela inserção feminina nesse mercado de trabalho.

**Mapa 5. Proporção de homens sobre o total dos agricultores rurais em 2010.**

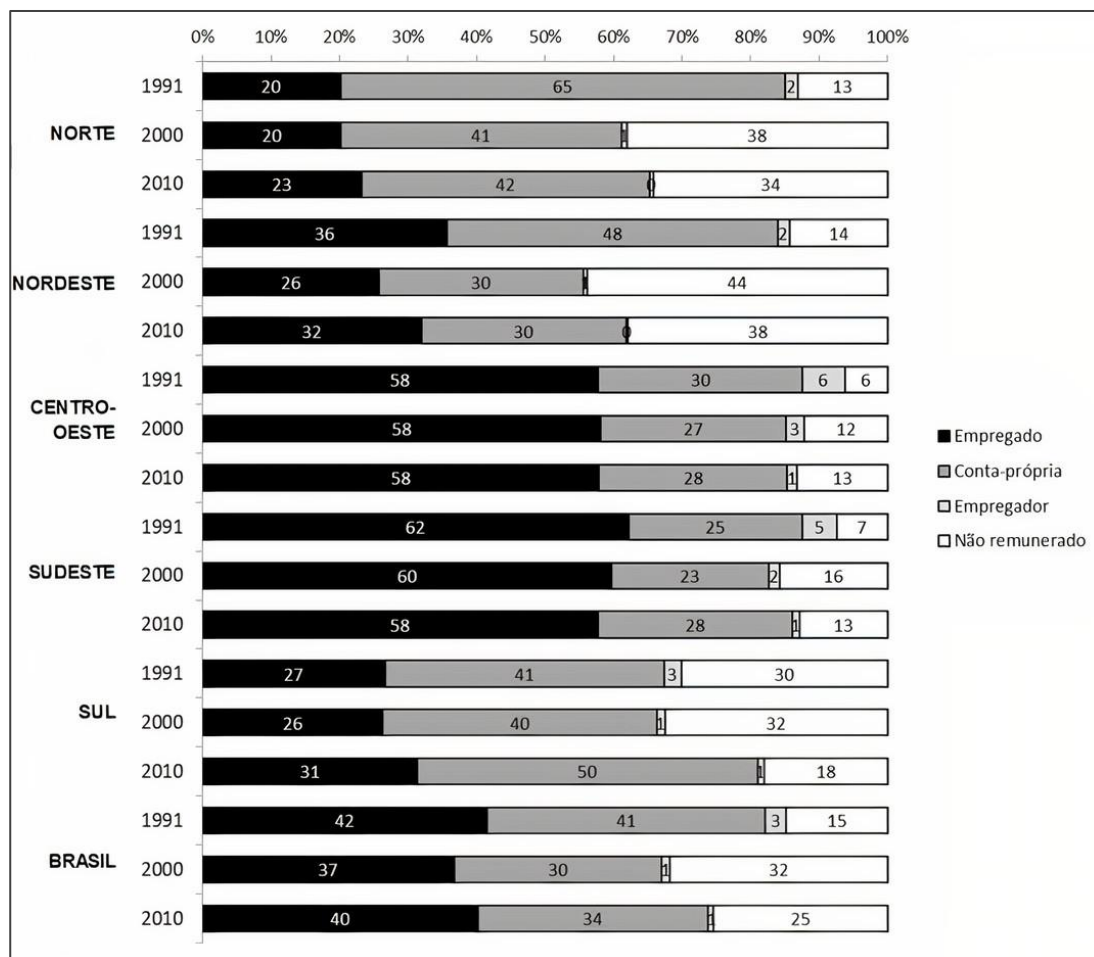


Fonte: Censo Demográfico (elaboração própria).

### 3.3. Posição na ocupação

Na investigação da estrutura ocupacional dos trabalhadores é essencial analisar a composição por posição na ocupação. A Figura 2 apresenta a distribuição dos agricultores rurais entre as categorias de *empregado*, *conta própria*, *empregador* e *não remunerado*. Em paralelo, a tabela 9 apresenta a evolução desses ocupados em termos absolutos.

De acordo com a Figura 2, os ocupados na posição de empregado responderam pela maior parcela dos agricultores rurais (cerca de 40% em 2010), seguido pelos agricultores que trabalhavam por conta própria. Grande parcela dos trabalhadores agrícolas exerciam a atividade sem nenhuma remuneração (cerca de um quarto em 2010). Vale destacar que entre 1991 e 2010, houve um aumento de 10 pontos percentuais da participação desses não remunerados no total dos agricultores.

**Figura 2. População agrícola rural por posição na ocupação. Brasil e regiões: 1991, 2000 e 2010.**

Fonte: Censo Demográfico (elaboração própria). Consideradas as pessoas que declararam a posição na ocupação.

Outros trabalhos já chamaram atenção para o aumento dos ocupados agrícolas não remunerados (Buainain & Dedecca, 2010; Maia & Sakamoto, 2014; Neder, 2014). Vale apontar que essa atividade está fortemente associada à agricultura de subsistência. Para Buainain e Dedecca (2010) o crescimento dessa parcela de trabalhadores pode ser desdobramento dos incentivos do governo para a agricultura família. Os autores também apontam para o papel das políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e a previdência social rural. Para eles, a renda extra estaria contribuindo para aumentar o custo do trabalho e incentivando a pequena agricultura familiar. Uma vez que parte elevada dos ocupados rurais estão inseridos de maneira precária no mercado de trabalho remunerado, a obtenção de renda oriunda de outras fontes incentiva sobremaneira a saída dessas ocupações que oferecem baixa remuneração e, por outro lado, explicaria parte da expansão dos ocupados na produção de autoconsumo.

Neste presente estudo outro ponto deve ser levado em consideração. Como ocorreram alterações nos questionários do Censo, os ocupados na produção para o próprio consumo (e não remunerados) podem estar subestimados em 1991. Neste sentido, o crescimento elevado entre 1991 e 2000 seria menor do que o revelado pelos dados. O importante é assumir que as análises em termos relativos (da Figura 2) carregam um desequilíbrio metodológico e devem ser levadas com cautela.

Analisando apenas as categorias remuneradas (empregado, conta própria e empregador), é importante notar que a variação do número desses agrícolas no período total foi negativa e considerável (conforme a Tabela 5). Em 1991 havia cerca de 6 milhões de agrícolas remunerados, passando para 5 milhões em 2010.

Entre os empregadores agrícolas a diminuição foi de 171 mil pessoas. Esse número é substancial considerando o tamanho do contingente de empregadores (representa uma queda de 78% entre 1991 e 2010). Esses empregadores são, em sua maioria, proprietários de empreendimentos agrícolas de pequeno porte ou agricultores familiares que geralmente empregam poucos trabalhadores. Em tese, a redução desses ocupados pode estar, em parte, relacionada com o baixo dinamismo da agricultura de menor porte. Apesar da implantação de inúmeras políticas voltadas aos produtores de pequeno e médio porte, parcela relevante desses ocupados estão deixando de desenvolver as atividades, pelo menos nesta posição de empregador. Isto é, alguns desses empregadores agrícolas podem estar migrando para outras posições, se tornando empregados ou apenas autônomos (trabalhando por conta própria sem funcionários). Nesta direção, alguns fatores podem estar dificultando a continuidade de alguns estabelecimentos agropecuários, o que impossibilita financeiramente a contratação de trabalhadores por parte dos empreendimentos de menor porte. No geral, independente dos motivos, pode-se dizer que não houve, ao longo dos anos, uma reposição dos empregadores que estão deixando essa posição de ocupação. Isso pode significar que cada vez menos empreendimentos agropecuários rurais (de pequeno porte) estão contratando mão de obra.

Comparando os dois intervalos de análise, é essencial notar a inversão no comportamento da variação de duas categorias: empregado e conta própria (conforme a Tabela 5). Entre 1991 e 2000, houve uma forte queda do número de ocupados nessas duas categorias. Já no período seguinte, entre 2000 e 2010, nota-se um crescimento absoluto significativo de empregados e conta próprias (porém não suficiente para compensar a intensa queda do período anterior).

Considerando a queda do contingente dos conta próprias nos anos 1990 (849 mil entre 1991 e 2000), pode-se dizer que uma parcela desses produtores de pequeno porte foi substituída por trabalhadores que se dedicavam exclusivamente à produção de subsistência e não contavam com a obtenção de renda através da comercialização da sua produção

(destacando que os não remunerados aumentaram em pouco mais de um milhão nesse período). Indiretamente, esse movimento revela que esses pequenos produtores que trabalhavam como autônomos no início da década, certamente estavam inseridos de forma precária no sistema produtivo das atividades agropecuárias.

**Tabela 5. População agrícola rural e taxa de variação por posição na ocupação. Brasil e regiões: 1991, 2000 e 2010.**

Região / Posição na ocupação		1991	2000	2010	Taxa de variação (%)		
		N (mil)	N (mil)	N (mil)	1991-2000	2000-2010	1991-2010
Norte	Empregado	93	98	137	6,0	40,0	48,4
	Conta própria	298	198	249	-33,5	25,7	-16,5
	Empregador	9	4	3	-56,2	-22,8	-66,2
	Não remunerado	60	184	202	205,7	9,6	234,9
Nordeste	Empregado	1.040	721	848	-30,7	17,5	-18,5
	Conta própria	1.402	834	792	-40,5	-5,0	-43,5
	Empregador	51	18	10	-65,3	-45,4	-81,1
	Não remunerado	415	1.226	1.004	195,2	-18,1	141,8
Centro-Oeste	Empregado	281	266	312	-5,1	17,2	11,2
	Conta própria	145	124	148	-14,3	19,8	2,6
	Empregador	30	12	8	-59,0	-37,1	-74,2
	Não remunerado	30	56	71	86,0	27,6	137,2
Sudeste	Empregado	1.169	1.054	1.062	-9,9	0,8	-9,1
	Conta própria	476	405	524	-14,9	29,4	10,2
	Empregador	97	29	18	-69,5	-38,2	-81,2
	Não remunerado	138	277	236	100,2	-14,6	71,0
Sul	Empregado	353	295	343	-16,4	16,3	-2,7
	Conta própria	538	448	546	-16,7	21,8	1,5
	Empregador	34	13	10	-61,8	-21,0	-69,8
	Não remunerado	397	364	197	-8,5	-45,8	-50,4
Brasil	Empregado	2.936	2.435	2.703	-17,1	11,0	-7,9
	Conta própria	2.858	2.009	2.260	-29,7	12,5	-20,9
	Empregador	220	76	49	-65,4	-36,0	-77,9
	Não remunerado	1.041	2.106	1.711	102,3	-18,8	64,3

Fonte: Censo Demográfico (elaboração própria). Consideradas as pessoas que declararam a posição na ocupação.

Por outro lado, o incremento de agricultores trabalhando por conta própria na década de 2000 (251 mil entre 2000 e 2010) pode ser explicado, em parte, pela reinserção daqueles produtores que haviam deixado de obter renda nos anos 1990. Ou seja, pode ter ocorrido uma realocação de uma parte de pequenos produtores ao sistema de comercialização dos produtos agropecuários. Isso pode representar um indício de uma recuperação da agricultura de pequeno porte ou da agricultura familiar, considerando que os conta próprias também constituem o segmento familiar, como foi destacado por Neder (2014). Mesmo assim, é importante destacar que muitos agricultores permanecem sem remuneração em 2010.

Um indicativo extremamente importante para este estudo deve ser destacado aqui. Nota-se que entre 2000 e 2010 também houve uma recuperação do número de empregados – aumento de 268 mil, representando um crescimento de 11%. Apesar desse aumento não significar uma recuperação completa dos postos de trabalho perdidos na década anterior (entre 1991 e 2000 houve uma queda de cerca de meio milhão de empregados), essa variação positiva pode estar associada a um aquecimento na geração de postos de trabalho. Em teoria, esse movimento se traduz no aumento da demanda por mão de obra nas atividades agrícolas que, por sua vez, está ligada à expressiva expansão produtiva do setor observada nos anos 2000.

Quanto aos diferenciais regionais, são bem distintas as estruturas ocupacionais. A composição dos agricultores do Centro-Oeste e Sudeste é bastante similar: cerca de 58% eram empregados. Refletindo uma agricultura baseada em estabelecimentos ligados à produção de *commodities* ou produtos com alto valor agregado, que está associada à uma estrutura laboral fortemente assalariada.

O Norte apresenta a menor participação de empregados (menos de um quarto) e uma elevada participação dos agricultores não remunerados. Em paralelo, o Nordeste apresenta a maior participação de não remunerados dentre as regiões. Ademais, nessas duas regiões prevalece uma baixa densidade técnica (sobretudo no Norte), onde o meio técnico-científico teve implantação apenas em algumas manchas (Kageyama, 2008), o que contribuiu para o assalariamento menos denso.

As regiões Sudeste e Sul foram as que mais contribuíram para o aumento dos ocupados por conta própria entre 2000 e 2010. O Sul é marcada pela grande participação de trabalhadores autônomos que respondiam por quase a metade do total de agricultores. Ademais, essa categoria contou com o incremento de 98 mil pessoas entre 2000 e 2010.

Os empregadores do Centro-Oeste apresentaram redução acentuada (redução de cinco pontos percentuais), seguido pelo Sudeste e Sul. No geral, todas as regiões apresentaram redução desses ocupados, mesmo que entre 2000 e 2010 essa redução tenha

sido menor. Revelando que mesmo nas regiões onde a agricultura tinha maior dinamismo os proprietários de estabelecimentos agrícolas também estão reduzindo. De certo modo, isso pode traduzir a concentração da produção agropecuária em um número cada vez menor de produtores em todas as regiões.

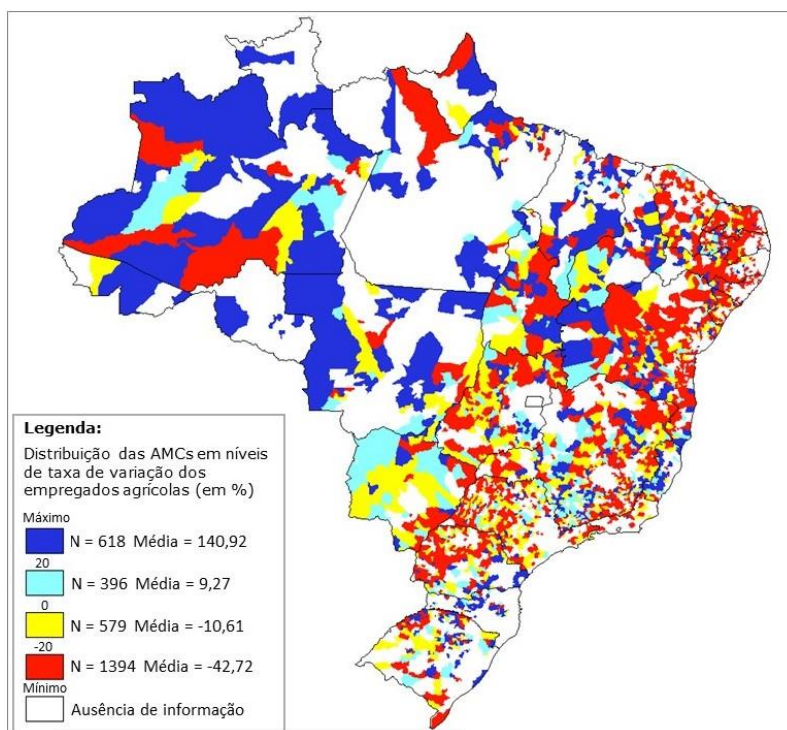
Por fim, é importante ressaltar que em todas as regiões os assalariados agrícolas apresentaram queda no primeiro período de análise, seguindo por um aumento no segundo período (com exceção do Norte que apresentou aumento nos dois períodos analisados). Todavia, esse movimento foi diferenciado dentre as regiões. No Sudeste por exemplo, a recuperação do número de empregados agrícolas foi muito sensível. Já no Centro-Oeste, houve um aumento do número de empregados bem acima da queda observada no período anterior. Neste sentido, a geração de emprego agrícola rural do Centro-Oeste foi relativamente significativa e expõe a elevação da demanda por mão de obra para a expansão produtiva na região dos anos 2000. Isto é, mesmo que a expansão da produção tenha sido em grande parte baseada no aumento da produtividade do trabalho, também houve incorporação do insumo trabalho.

Nos Mapas 6 e 7 é possível observar esses dois movimentos de queda e de expansão do número de empregados agrícolas rurais. No primeiro Mapa, destaca-se uma elevada parcela das áreas rurais com decréscimo dos trabalhadores agrícolas assalariados (áreas em amarelo e principalmente em vermelho).

Destaca-se que entre 1991 e 2000, 1.394 AMCs rurais apresentaram uma variação negativa de empregados agrícolas superior à 20% (áreas em vermelho do Mapa 6). Já no período seguinte, esse número caiu para 592 AMCs (áreas em vermelho do Mapa 7). Além disso, no segundo Mapa cerca de 1.280 localidades rurais apresentaram um incremento superior à 20% no número de assalariados agrícolas (em azul escuro no Mapa 7).

No geral, embora o total de trabalhadores agrícolas ocupados não tenha se elevado em termos absoluto na primeira década do século, é importante notar que, em termos espaciais, a demanda por mão de obra aumentou em parcela majoritária das localidades rurais, uma vez que 60% dessas localidades (1.798 das AMCs rurais) apresentaram um aumento no número de assalariados agrícolas.

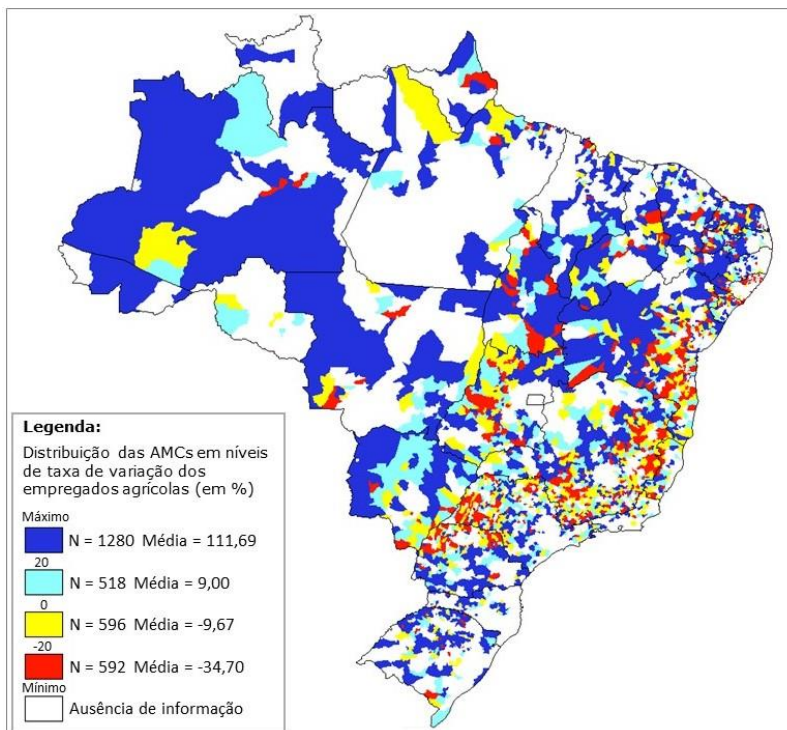
**Mapa 6. Taxa de variação dos agrícolas empregados rurais entre 1991 e 2000.**



Fonte: Censo Demográfico (elaboração própria).

33

**Mapa 7. Taxa de variação dos agrícolas empregados rurais entre 2000 e 2010.**



Fonte: Censo Demográfico (elaboração própria).

### 3.4. Formalização

A formalidade não está apenas associada a uma garantia de remuneração, mas também representa o acesso ao sistema de proteção social pelo trabalhador. Trata-se, desse modo, de um indicador da qualidade da ocupação dos trabalhadores. A Tabela 6 apresenta a taxa de formalidade por tipo de ocupação (empregado, conta própria e empregador).

Todas as categorias apresentaram aumento substancial da taxa de formalização. Os empregadores são os que apresentaram a maior taxa. Ainda assim, a formalidade respondia por pouco mais da metade dos empregadores. Os agrícolas que trabalhavam por conta própria era a categoria com a menor formalização e, apesar do aumento notado no período, em 2010 apenas 20% contavam com proteção social.

**Tabela 6. Taxa de formalidade da população agrícola rural por posição na ocupação. Brasil e regiões: 1991, 2000 e 2010 (%).**

Região	Ano	Posição na ocupação			Total
		Empregado	Conta própria	Empregador	
Norte	1991	9,08	2,54	12,90	4,28
	2000	15,98	4,14	20,73	8,22
	2010	30,53	8,30	33,68	16,33
Nordeste	1991	10,12	4,45	18,71	7,11
	2000	15,66	4,74	17,02	9,89
	2010	21,90	10,07	25,07	16,23
Centro-Oeste	1991	19,58	11,57	32,35	17,89
	2000	37,20	15,18	44,59	30,65
	2010	59,30	19,84	54,49	46,71
Sudeste	1991	30,23	18,12	44,48	27,71
	2000	40,25	16,73	48,57	34,01
	2010	52,01	20,63	57,42	41,82
Sul	1991	29,43	20,28	41,20	24,53
	2000	45,68	32,59	60,53	38,18
	2010	54,52	37,56	70,54	44,41
Brasil	1991	21,31	9,87	35,10	16,38
	2000	32,31	13,95	41,23	24,30
	2010	42,63	19,61	51,85	32,34

Fonte: Censo Demográfico (elaboração própria).

Consideradas as pessoas que declararam a posição na ocupação e se é contribuinte de instituto de previdência.

Os trabalhadores agrícolas assalariados foram os que apresentaram maior incremento da formalidade, em 1991 cerca de 21% tinham carteira de trabalho assinada, já em 2010 a essa porcentagem passou para 42,6%. Reflexo de medidas públicas, assim como a própria expansão da produção agrícola (que gerou maiores ganhos financeiros) e a inserção em mercados internacionais (que aumentaram as exigências de segurança no trabalho e seguimento da legislação trabalhista), como foi ressaltado na revisão da literatura.

No Norte e no Nordeste a qualidade das ocupações agrícolas é bastante precária. Como por exemplo, ainda em 2010 apenas 22% dos empregados nordestinos tinham carteira assinada. Já a região Sul apresenta as maiores taxas de formalização para os conta próprias e empregadores (além disso, o crescimento da formalidade dessas categorias foi mais acentuado nessa região).

Apesar dos diferenciais regionais persistirem no tempo, é importante destacar que todas as regiões apresentaram aumento da taxa de formalização em todas as categorias, refletindo uma melhoria da qualidade da ocupação agrícola rural.

### 3.5 Escolaridade

A caracterização do nível de escolaridade dos trabalhadores agrícolas rurais oferece informações relevantes, lembrando que estudos que se dedicam à análise dos agrícolas tratam a escolaridade como uma variável de aproximação da qualificação (Balsadi, 2008; Buainain & Dedecca, 2010). A Tabela 7, apresenta as proporções da população agrícola rural distribuída entre os diferentes grupos de escolaridade para homens, mulheres e o total (considerando apenas as pessoas com 18 anos ou mais de idade no cálculo). É de conhecimento comum que em média as mulheres apresentam escolaridade maior que os homens, assim, espera-se que as trabalhadoras rurais agrícolas apresentem maior escolaridade.

Os resultados apontam que, para o total de ocupados agrícolas, os que tinham ensino médio incompleto e completo (9 a 11 anos de estudo) aumentaram significativamente entre 1991 e 2010, sendo a categoria que apresentou o maior crescimento. Apesar desse incremento, a parcela de ocupados agrícolas sem instrução ou com até 3 anos de estudo ainda respondem por 51,6% dos agrícolas no país. Esse percentual é sensivelmente maior entre os homens e menor entre as mulheres. Embora a diferença seja visível, era esperado que o nível de escolaridade das trabalhadoras agrícolas fosse mais elevado, isso pode ser explicado pelo fato das mulheres rurais com maiores níveis de escolaridade serem atraídas por atividades fora do setor agrícola.

De acordo com Camarano e Abramovay (1999) e Maia (2014), as mulheres residentes das áreas rurais que alcançam níveis de escolaridade mais avançado, acabam

sendo atraídas pelas atividades terciárias nas áreas urbanas, enquanto os homens abandonam mais cedo os estudos e se dedicam exclusivamente ao trabalho (seja nas unidades de produção familiar ou em estabelecimentos agrícolas). De certo modo, seguindo com esta hipótese, isso poderia revelar a precariedade da inserção da mão de obra feminina nas atividades agrícolas, uma vez que, poderia estar havendo uma desvalorização da qualificação das mulheres.

**Tabela 7. Proporção da população agrícola rural por nível de escolaridade e gênero. Brasil e regiões: 1991, 2000 e 2010 (%).**

Sexo	Anos de estudo	Norte			Nordeste			Centro-Oeste			Sudeste			Sul			Brasil		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Homens	0 a 3	80,0	67,4	55,0	87,4	77,8	61,8	60,7	49,5	44,3	59,5	47,0	47,3	44,8	34,5	41,7	69,9	59,1	52,5
	4 a 8	18,9	29,7	31,2	11,6	19,9	26,7	34,9	42,6	35,1	36,2	44,5	34,2	50,4	55,6	37,0	27,3	35,1	31,5
	9 a 11	0,9	2,7	12,6	0,9	2,2	10,8	3,7	6,8	16,6	3,5	7,5	15,6	4,2	8,9	17,3	2,4	5,2	13,8
	12 ou +	0,1	0,2	1,1	0,1	0,2	0,7	0,6	1,1	4,0	0,7	1,0	2,9	0,6	1,0	4,0	0,4	0,6	2,1
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Mulheres	0 a 3	82,9	71,6	52,9	89,8	75,5	55,7	63,2	47,6	38,3	66,6	50,3	46,7	42,8	31,6	41,9	68,4	57,8	49,2
	4 a 8	16,6	25,2	30,3	9,7	22,2	28,5	30,4	40,6	32,8	30,8	43,0	32,6	54,9	61,3	37,4	30,0	37,3	31,9
	9 a 11	0,5	2,8	14,6	0,4	2,1	14,2	4,8	9,3	21,5	2,0	5,8	16,3	2,0	6,4	16,6	1,4	4,3	15,7
	12 ou +	0,1	0,3	2,3	0,1	0,2	1,5	1,7	2,5	7,4	0,5	0,9	4,4	0,3	0,7	4,2	0,3	0,6	3,3
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total	0 a 3	80,3	68,1	54,4	87,7	77,3	60,2	60,8	49,3	43,1	60,3	47,6	47,2	44,4	33,6	41,8	69,7	58,9	51,6
	4 a 8	18,7	28,9	31,0	11,4	20,4	27,2	34,8	42,4	34,6	35,6	44,2	33,8	51,4	57,3	37,1	27,6	35,6	31,6
	9 a 11	0,9	2,7	13,2	0,8	2,1	11,7	3,8	7,1	17,6	3,4	7,2	15,8	3,8	8,2	17,1	2,3	5,0	14,3
	12 ou +	0,1	0,2	1,4	0,1	0,2	0,9	0,6	1,2	4,7	0,7	1,0	3,2	0,5	0,9	4,0	0,4	0,6	2,4
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Censo Demográfico (elaboração própria).

Considerando as pessoas com 18 anos ou mais de idade que declararam os anos de estudo completados.

O Sul e o Centro-Oeste apresentam os melhores indicativos. A região Sudeste apresentou resultados similares. O aumento dos trabalhadores agrícolas mais escolarizados foi bastante intenso entre essas regiões e pode retratar uma maior demanda do setor agropecuário por trabalhadores mais qualificados (atendendo a exigências específicas da agricultura tecnologicamente avançada).

No outro extremo, o Nordeste apresentou a maior participação de ocupados agrícolas no primeiro grupo de escolaridade, 60% em 2010, seguido do Norte, com quase 54,4% no mesmo ano. A baixa qualificação dos agricultores nortistas e nordestinos, dificulta a adoção da tecnologia e inovações e, conseqüentemente, impede uma melhoria da renda agrícola. Ou seja, as oportunidades que as inovações trazem, como o crescimento da produtividade, não são aproveitadas por grande parcela dos agricultores, simplesmente por não terem o básico necessário (considerando que muitos desses não seriam alfabetizados). Como destacado por Vieira Filho (2010, p. 88), a baixa qualificação dos empregadores (proprietários de estabelecimentos da agropecuária) pode gerar problemas graves nas orientações técnicas necessárias no processo produtivo.

É importante ressaltar que os diferenciais regionais reduziram substancialmente no período analisado, ou seja, houve uma redução do diferencial a favor das regiões Norte e Nordeste que apresentaram melhorias relevantes dos níveis de escolaridade.

Uma maneira eficiente de captar os diferenciais de escolaridade é analisando diferentes grupos etários. A Tabela 8 apresenta a distribuição dos agricultores rurais entre os diferentes grupos de escolaridade por diferentes faixas etárias. Como o esperado, conforme a idade aumenta os indicadores de escolaridade pioram e, com o passar do tempo, essa discrepância foi acentuada. Isso é reflexo da melhora da inserção da população infantil e jovem no sistema de ensino ao longo das últimas décadas.

Para todo o rural, o estrato mais jovem dos agricultores (de 18 a 34 anos) apresentou a menor proporção sem instrução ou até 3 anos de estudo e foi o indicador que apresentou maior variação relativa no período (passando de 59,5% em 1991 para 27,7% em 2010).

Em todas as regiões os mais jovens foram os que apresentaram melhorias mais acentuadas. O aumento da escolaridade foi maior dentro da faixa de 18 a 34 anos. O Nordeste seguido pelo Norte foram as regiões que apresentaram as maiores variações. Nesta direção, quando comparados os grupos mais jovens com baixa escolaridade, os diferenciais regionais (Nordeste *versus* Sul) apresentaram redução ao longo do tempo.

No geral, os trabalhadores agrícolas contaram com uma melhora substancial da escolaridade no período analisado e espera-se que irá se acentuar nos próximos anos naturalmente (principalmente pelo fato dessa melhora ter acontecido mais intensamente entre os jovens). Ou seja, conforme a população vai envelhecendo e os agricultores com idade mais avançada vão se aposentando, aqueles que eram mais jovens (e mais escolarizados) passam a responder por maiores proporções do total de ocupados agrícolas.

**Tabela 8. Proporção da população agrícola rural por nível de escolaridade e grupo etário. Brasil e regiões: 1991, 2000 e 2010 (%).**

Grupo etário	Anos de estudo	Norte			Nordeste			Centro-Oeste			Sudeste			Sul			Brasil		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
18 a 34 anos	0 a 3	73,7	58,3	36,4	82,6	67,3	35,1	49,2	37,0	20,1	46,4	33,3	22,1	29,5	19,2	15,1	59,5	47,3	27,7
	4 a 8	24,9	37,6	40,4	16,0	29,1	40,6	44,5	52,2	44,0	47,6	54,4	45,4	63,3	64,4	43,1	36,4	44,1	42,5
	9 a 11	1,3	3,9	21,4	1,3	3,5	22,9	5,6	9,7	28,5	5,2	11,4	28,0	6,5	15,3	34,0	3,7	8,0	26,1
	12 ou +	0,1	0,2	1,9	0,1	0,2	1,4	0,7	1,0	7,4	0,8	0,8	4,6	0,7	1,1	7,8	0,4	0,6	3,7
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
35 a 49 anos	0 a 3	84,5	72,9	61,3	91,0	81,2	68,4	67,0	50,9	44,7	67,5	49,9	51,2	51,6	32,9	40,7	75,0	60,2	56,1
	4 a 8	14,8	24,8	29,7	8,4	16,9	25,0	29,5	40,7	38,0	29,4	43,7	35,9	46,2	60,5	43,8	23,3	35,2	32,9
	9 a 11	0,7	2,0	7,8	0,5	1,6	5,9	2,7	6,7	13,7	2,3	5,1	10,4	1,6	5,6	12,5	1,4	3,8	9,2
	12 ou +	0,1	0,3	1,3	0,1	0,3	0,7	0,8	1,6	3,5	0,9	1,3	2,5	0,5	1,0	2,9	0,4	0,8	1,9
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
50 anos ou mais	0 a 3	90,0	84,1	79,9	93,6	89,5	85,1	79,4	71,0	71,2	81,7	71,6	74,6	67,5	54,9	66,5	84,7	76,9	77,2
	4 a 8	9,5	14,7	14,8	6,2	9,9	11,6	19,4	25,7	18,1	17,2	25,7	16,6	31,8	43,1	25,1	14,7	21,4	16,3
	9 a 11	0,4	0,9	4,5	0,2	0,5	2,9	0,9	2,3	8,1	0,8	1,8	6,4	0,5	1,5	6,5	0,5	1,2	5,1
	12 ou +	0,1	0,3	0,8	0,1	0,1	0,5	0,3	0,9	2,6	0,4	0,9	2,3	0,2	0,5	1,8	0,2	0,5	1,4
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Censo Demográfico (elaboração própria).

Considerando as pessoas com 18 anos ou mais de idade que declararam os anos de estudo completados.

## Conclusão

Este artigo buscou mostrar as principais mudanças do mercado de trabalho agrícola observadas dentro do espaço rural brasileiro ao longo dos anos 1990 e 2000. Uma breve revisão bibliográfica destacou as proeminentes mudanças produtivas e institucionais que interferiram o mercado de trabalho agrícola e rural. Posteriormente, de maneira exploratória, destacou-se a evolução dos trabalhadores desse mercado.

No geral, houve uma flutuação da população agrícola rural entre as décadas resultando em uma leve tendência queda entre o período total. No entanto, dois movimentos distintos foram observados entre os dois intervalos analisados. A população agrícola rural brasileira caiu entre 1991 e 2000 (queda de 6%) e, posteriormente, apresentou recuperação sensível entre 2000 e 2010 (aumento de 1,2%).

Para essa sensível recuperação nos anos 2000, a inserção feminina no mercado de trabalho agrícola rural foi crucial. Principalmente em razão do incremento das mulheres

observado na região Sudeste e Nordeste. Pode se dizer que a demanda por mão de obra no setor foi em grande medida atendida pela inserção feminina.

As análises segundo a posição na ocupação também revelam importantes conclusões. Em primeiro lugar, chama atenção a elevada queda do número de agricultores empregadores (que contavam com pelo menos um funcionário). Apesar da queda ser pequena em termos absolutos, essa redução abriga indagações relevantes. Ela pode indicar que muitos produtores não estão obtendo renda suficiente e estão deixando de contratar funcionários. Em certa medida, transparece o baixo dinamismo de parcela dos produtores, sobretudo de pequeno porte. Não obstante, a redução foi mais intensa entre 1991 e 2000 quando a agricultura apresentava menor dinamismo.

Não apenas os empregadores apresentaram comportamento declinante entre 1991 e 2000, mas os trabalhadores agrícolas que trabalhavam por conta própria e os assalariados também apresentaram forte queda do seu contingente neste período. As reduções dessas duas categorias revelam a baixa geração de empregos e as dificuldades da agricultura de pequeno porte no país ao longo dos anos 1990.

Por outro lado, é importante destacar que, no segundo intervalo de análise, entre 2000 e 2010, houve uma inversão dessa tendência. Os trabalhadores por conta própria se recuperaram parcialmente, enquanto aumentou o número de empregados. Mesmo que o aumento do número de empregados não tenha sido relativamente elevado no período (de 11% entre 2000 e 2010), é um indicativo que houve uma geração de vagas novas nas atividades do setor agropecuário e está associado a um crescimento da demanda por mão de obra assalariada. Nesta direção, 60% das AMCs rurais apresentaram variação positiva do número de assalariados agrícolas nesse período. Ademais, com a análise espacial, é possível observar que houve uma inversão da tendência de queda dos empregados agrícolas em parcela majoritária do território rural brasileiro.

Em conclusão, mesmo que o número de empregadores (proprietários de estabelecimentos com capacidade de contratar funcionários) tenha se reduzido nas áreas rurais, houve uma recuperação da contratação dos trabalhadores assalariados agrícolas nessas áreas, revelando que grande parte da contratação da mão de obra rural foi concentrada em um menor número de estabelecimentos. Além disso, o aumento na geração do emprego agrícola nos anos 2000 revela que apesar da expansão da produção agrícola estar baseada no aumento da produtividade do fator trabalho, assim como destacado por Gasques et al. (2010), houve um incremento quantitativo de trabalhadores no setor nos anos 2000. Isto é, a expansão produtiva agrícola também demandou uma maior quantidade de trabalhadores rurais para a realização da produção.

É válido apontar que outros fatores também estariam atuando sobre o contingente da população agrícola rural, como os fatores demográficos traduzidos nas variações da disponibilidade de mão de obra. Como foi mencionado no trabalho, a redução da população ocupada em atividades agrícolas em determinadas áreas também pode estar associada à menor disponibilidade de mão de obra nessas localidades, destacando que a transição demográfica, associada ao processo de envelhecimento e redução das taxas de crescimento populacional, também pode interferir na oferta e demanda de mão de obra. De acordo com Maia (2014) e Garcia (2014) esses indicativos relacionados com a demografia das localidades também devem ser levados em consideração nas análises do mercado de trabalho agrícola.

Em paralelo à análise da dinâmica dos ocupados agrícolas remunerados este artigo também observou a persistência de um elevado contingente de ocupados não remunerados. É importante destacar que uma parcela relevante de trabalhadores se dedica à atividade de subsistência, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. No entanto, para compreender essa parcela de ocupados é preciso realizar análises mais apuradas. Além disso, os indicadores usados para estudar a evolução desses ocupados no período analisado devem se ajustar às características metodológicas do Censo Demográfico.

Por fim, foram investigadas as variações em relação à qualificação dos trabalhadores agrícolas rurais. Embora as mulheres tenham revelado uma escolaridade maior que os homens, esse diferencial não foi tão elevado quanto o esperado – o que pode refletir uma maior atração das mulheres mais escolarizadas em direção às atividades não agrícolas. Ademais, todas as regiões apresentaram melhora dos níveis de escolaridade. Vale destacar que essa melhora certamente aumentará nos próximos anos (com a saída dos ocupados com idade mais avançada do mercado de trabalho agrícola), uma vez que os agrícolas mais jovens experimentaram as melhorias mais intensas da escolaridade – um indicativo favorável para a promoção de ganhos produtivos no futuro do setor.

40

## Referências

Araújo, P. F. C. (2011). Política de crédito rural: reflexões sobre a experiência brasileira. [Textos para Discussão, n. 37], CEPAL-IPEA.

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs\\_Ipea\\_Cepal/tdcepal\\_037.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs_Ipea_Cepal/tdcepal_037.pdf)

Balsadi, O. (2008). Estrutura, evolução e tendência do mercado de trabalho. In A. M. Buainain, & C. S. Dedecca (Orgs.), *Emprego e trabalho na agricultura brasileira* (pp. 95–134). Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 9).

<https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/19429/CDBR17069069p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

- Balsadi, O., & Del Grossi, M. E. (2016). Trabalho e emprego na agricultura brasileira: um olhar para o período 2004-2014. *Revista de Política Agrícola*, 25(4), 82–96. <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1204/1027>
- Berquó, E. S., & Cavenaghi, S. M. (2014). Tendências dos diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil entre 2000 e 2010. Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2189/2144>
- Buainain, A. M. (2007). Modelo e principais instrumentos de regulação setorial: uma nota didática. In P. Ramos (Org.), *Dimensões do agronegócio brasileiro: Políticas, instituições e perspectivas* (pp. 53–102). MDA. [https://governancadeteras.com.br/wp-content/uploads/2017/10/dimensoes\\_do\\_agronegocio\\_brasileiro.pdf](https://governancadeteras.com.br/wp-content/uploads/2017/10/dimensoes_do_agronegocio_brasileiro.pdf)
- Buainain, A. M., & Dedecca, C. S. (2010). Mudanças e reiteração da heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola. In J. G. Gasques, J. E. Vieira Filho, & Z. Navarro (Orgs.), *Agricultura brasileira: Desempenho, desafios e perspectivas* (pp. 123–156). IPEA. [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6480](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6480)
- Buainain, A. M., Garcia, J. R., & Vieira Filho, J. E. R. (2017). Dinâmica da economia e da agropecuária no MATOPIBA. [Texto para Discussão, n. 2283], IPEA. [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29606%3AAtd-2283-dinamica-da-economia-e-da-agropecuaria-no-matopiba&catid=397%3A2017&directory=1&Itemid=1](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29606%3AAtd-2283-dinamica-da-economia-e-da-agropecuaria-no-matopiba&catid=397%3A2017&directory=1&Itemid=1)
- Camarano, A. A., & Abramovay, R. (1999). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. [Texto para Discussão, n. 621], IPEA. [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3929](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3929)
- Contini, E. (2014). Exportações na dinâmica do agronegócio brasileiro: oportunidades econômicas e responsabilidade mundial. In A. M. Buainain, E. Alves, J. M. Silveira, & Z. Navarro (Orgs.), *O mundo rural no Brasil do século XXI* (pp. 149–173). Embrapa. <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>
- Dedecca, C. S., Rosandiski, E. N., Carvalho, M. S., & Barbieri, C. V. (2004). O Censo Demográfico 2000 e a mensuração das novas formas de trabalho. Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia, ANPEC. <https://econpapers.repec.org/paper/anpen2004/157.htm>
- Dedecca, C. S., & Rosandiski, E. N. (2003). Sentos e dissensos: as inovações metodológicas do Censo Demográfico 2000. *Revista da ABET*, 3(2), 29–49. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/15505>
- Del Grossi, M. E. & Graziano da Silva, J. (2002). *O novo rural: uma abordagem ilustrada*. 2nd ed. UNICAMP.IE. <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/pesquisa/O-novo-rural-Brasileiro.pdf>
- Garcia, J. R. (2014). Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. In A. M. Buainain, E. Alves, J. M. Silveira, & Z. Navarro (Orgs.), *O mundo rural no Brasil do século XXI* (pp. 559–584). Embrapa. <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>

Gasques, J. G., Bastos, E. T., Bacchi, M. R. P., & Valdes, C. (2010). Produtividade total dos fatores e transformações da agricultura brasileira: análise dos dados dos Censos Agropecuários. In J. G. Gasques, J. E. Vieira Filho, & Z. Navarro (Orgs.), *Agricultura brasileira: Desempenho, desafios e perspectivas* (pp. 19–44). IPEA.  
[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6480](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6480)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016). *Metodologia do Censo Demográfico 2010*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95987.pdf>

Kageyama, A. A. (2008). *Desenvolvimento rural: Conceitos e aplicações ao caso brasileiro*. Editora da UFRGS.

Krein, J. D., & Stravinski, B. (2008). Relações de trabalho, regulação e conflitos. In A. M. Buainain, & C. S. Dedecca (Orgs.), *Emprego e trabalho na agricultura brasileira* (pp. 367–388). Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 9).  
<https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/19429/CDBR17069069p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Maia, A. G. (2014). O esvaziamento demográfico rural. In A. M. Buainain, E. Alves, J. M. Silveira, & Z. Navarro (Orgs.), *O mundo rural no Brasil do século XXI* (pp. 1081–1100). Embrapa. <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>

Maia, A. G., & Sakamoto, C. S. (2014). A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. In A. M. Buainain, E. Alves, J. M. Silveira, & Z. Navarro (Orgs.), *O mundo rural no Brasil do século XXI* (pp. 591–620). Embrapa. <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>

Maranhão, R. L. A., & Vieira Filho, J. E. R. Previdência rural, segurado especial e assistencialismo. *Revista de Política Agrícola*, 27(4), 134–152.  
<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1468>

Miranda, C., & Tiburcio, B. (2012). *A nova cara da pobreza rural: Desafios para as políticas públicas*. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 16). <https://repositorio.iica.int/handle/11324/6078>

Morello, E. J. (2008). O direito à proteção social e as ambiguidades conceituais que demarcam o trabalho rural assalariado. In A. M. Buainain, & C. S. Dedecca (Orgs.), *Emprego e trabalho na agricultura brasileira* (pp. 462–486). Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 9).  
<https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/19429/CDBR17069069p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Neder, H. D. (2014). Trabalho e Pobreza rural no Brasil. In A. M. Buainain, E. Alves, J. M. Silveira, & Z. Navarro (Orgs.), *O mundo rural no Brasil do século XXI* (pp. 621–652). Embrapa. <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>

Ramos, P. (2007). Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In P. Ramos (Org.), *Dimensões do agronegócio brasileiro: Políticas, instituições e perspectivas* (pp. 18–52). MDA. [https://governancadetererras.com.br/wp-content/uploads/2017/10/dimensoes\\_do\\_agronegocio\\_brasileiro.pdf](https://governancadetererras.com.br/wp-content/uploads/2017/10/dimensoes_do_agronegocio_brasileiro.pdf)

Saboia, J. (2010). Elasticidades dos rendimentos do trabalho em relação ao salário mínimo: a experiência de um período recente de crescimento do salário mínimo. *Economia e Sociedade*, 19(2), 359–380. [doi.org/10.1590/S0104-06182010000200006](https://doi.org/10.1590/S0104-06182010000200006)

Santos, G. & Vieira Filho, J. E. (2012). Heterogeneidade produtiva na agricultura brasileira: elementos estruturais e dinâmicos da trajetória produtiva recente. [Texto para Discussão, n. 1740], IPEA. [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=15035](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15035)

Schejtman, A., & Berdegué, J. (2004). Desarrollo territorial rural. [Debates y Temas Rurales, n.1]. RIMISP – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. [https://www.rimisp.org/wp-content/files\\_mf/1363093392schejtman\\_y\\_berdegue2004\\_desarrollo\\_territorial\\_rural\\_5\\_rimisp\\_CARdumen.pdf](https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1363093392schejtman_y_berdegue2004_desarrollo_territorial_rural_5_rimisp_CARdumen.pdf)

Veiga, J. E. (2003). *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Editora Autores Associados.

Vieira Filho, J. E. R. (2010). Trajetória tecnológica e aprendizado no setor agropecuário. In J. G. Gasques, J. E. Vieira Filho, & Navarro, Z. (Orgs.), *Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas* (pp. 67–96). IPEA. [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6480](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6480)

Vieira Filho, J. E. R., & Fishlow, A. *Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade*. Brasília: Ipea, 2017. [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29768](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29768)

Recebido em 3 de dezembro de 2020.

Revisado em 5 de maio de 2022.

Aprovado em 27 de maio de 2022.